



**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE - FACES  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**JOANA PRISCILA BONADIMAN DA COSTA**

**O INDIVIDUALISMO E A CLÍNICA PSICOLÓGICA**

**BRASÍLIA  
JUNHO DE 2011**

**JOANA PRISCILA BONADIMAN DA COSTA**

## **O INDIVIDUALISMO E A CLÍNICA PSICOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Graduação em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. José Bizerril Neto.

**BRASÍLIA  
JUNHO DE 2011**

**JOANA PRISCILA BONADIMAN DA COSTA**

**O INDIVIDUALISMO E A CLÍNICA PSICOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado como requisito necessário para a obtenção de Graduação em Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Doutor José Bizerril Neto  
Orientador

---

Prof<sup>ª</sup>. Mestre Tânia Inessa Martins de Resende  
Examinadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Doutora Valéria Deusdará Mori  
Examinadora

Brasília-DF, junho de 2011.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho...

Primeiramente, a Deus por ter me dado força, determinação e saúde para concluir esse trabalho.

A minha mãe, Lucia, pela paciência em meus momentos de ausência e de impaciência, pelo carinho e dedicação para me ajudar no que fosse preciso, mas, principalmente, por ter me ensinado a respeitar meus próprios limites, a realizar minhas metas no tempo certo e a inserir empenho emocional em tudo que faço.

Ao meu pai, João, pelo incentivo aos estudos, pelas discussões filosóficas a respeito do meu tema, e, ainda mais importante, por ter me ensinado a lutar pelos meus sonhos e ideais de forma honesta e determinada.

Aos meus familiares e padrinhos que mesmo distantes mostraram-se sempre preocupados e interessados nos meus estudos.

Aos meus amigos presentes e distantes pela força e compreensão nos momentos de ausência e de desabafo, pelos momentos de distração, pelos conselhos e por me acompanharem nesta trajetória e em outras tantas ao longo de minha vida. Apesar da pouca expressão de minha parte, o carinho que tenho por todos é grande.

Aos amigos e colegas de curso que compartilharam todos os momentos de alegrias e ansiedades, mostrando-se sempre prestativos a ouvir minhas queixas e a vibrar e comemorar as vitórias. Ganhar a amizade de vocês foi uma das melhores coisas que aconteceram nesses últimos cinco anos.

Aos amigos e colegas de trabalho que me incentivaram em todos os momentos e souberam compreender minhas ausências e impaciências.

Por fim, gostaria de dizer que todos fazem parte desta vitória de alguma forma. Obrigada.

## **AGRADECIMENTO**

Meus sinceros agradecimentos...

Aos professores, com os quais aprendi os conhecimentos teóricos, mas também a importância da sensibilidade e afetividade para exercer a profissão de psicólogo. Em especial aos professores: Ciomara Schneider, Cláudia Feres, Cristina Loyola, José Bizerril, Leonor Bicalho, Maurício Neubern, Otávio Abreu e Valéria Mori, que tiveram participação intensa e especial para mim durante esses cinco anos, tanto em nível acadêmico como pessoal.

Ao meu orientador, Bizerril, pela dedicação, paciência e interesse, por mostrar-se extremamente disponível e atento no decorrer de todo o trabalho, me orientando de forma compreensiva e construtiva.

As professoras, Valéria Mori e Tânia Inessa, por aceitarem o convite para a banca, dedicando tempo e atenção ao meu trabalho.

Obrigada.

## RESUMO

A sociedade contemporânea apresenta sua estrutura baseada em um ideário individualista que vem se transformando ao longo dos anos. Essa estrutura apresenta características específicas que constituem a noção de sujeito da sociedade. Inicialmente o ideal era de um eu puro e interiorizado, já atualmente valoriza-se um eu exteriorizado e voltado para a auto-imagem de si. Tem-se, porém, que essas características podem ser relativizadas quando trata-se de questões de classe, tendo em vista que a disseminação do individualismo é vivida de forma variada pelas diferentes classes sociais. Para as classes populares a liberdade ofertada pelo individualismo parece ser relativa e vivenciada mais como uma dificuldade do que como uma vantagem. O individualismo tem por base um padrão burguês e toma-o como critério de normalidade, naturalizando-o. As especificidades do Brasil não podem ser desconsideradas. Tendo em vista que o modelo individualista é produzido inicialmente em países ricos, deve-se atentar para as diferenças marcantes de um cenário periférico e repleto de desigualdades sociais, como o Brasil, quando pretende-se importar esse tipo de modelo. A psicologia clínica emerge como prática profissional em um contexto individualista e este influencia de várias formas a noção de sujeito psicológico, produzindo, por vezes, uma prática descontextualizada e com bases naturalizadas. A importação de teorias psicológicas de países desenvolvidos, por vezes, desconsiderou especificidades da realidade brasileira, o que comprometeu o sentido da clínica em nosso país. Em diversas práticas clínicas o individualismo parece ser reforçado e a prática fica comprometida, principalmente em contextos menos favorecidos, pois o sujeito nem sempre é compreendido em sua relação com o contexto histórico e social. É esse tipo de prática sobre a qual deve-se refletir e promover transformações para que a psicologia ofereça uma clínica contextualizada e abrangente aos diversos setores da sociedade sem estigmatizar e patologizar questões com raízes sociais e históricas. Deve-se pensar em uma prática que tenha compromisso social e seja atualizada, revendo teorias fundadas há muitos anos e cristalizadas em seus teóricos fundadores. Em uma perspectiva da clínica psicanalítica, tem-se que talvez seja preciso retornar criticamente a algumas propostas de Freud, lembrando aspectos que parecem ter sido deixados de lado por seus seguidores, como o caráter construtivo-interpretativo da psicanálise e sua relação inseparável com a psicologia coletiva. Mas torna-se necessário, também, rever a teoria em função das novas formas de subjetivação da contemporaneidade. É nesse caminho que se propõe uma revisitação à psicanálise freudiana, visando mudanças em suas práticas clínicas para ampliar sua eficácia, abrangendo as camadas populares da sociedade e cumprindo uma função social maior.

**Palavras-chave:** individualismo, classe social, clínica psicológica.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 O INDIVIDUALISMO</b> .....	14
<b>1.1 A origem do individualismo</b> .....	14
<i>1.1.1 Breve histórico sobre as primeiras formas de individualismo na sociedade</i> .....	14
<i>1.1.2 O capitalismo e suas conseqüências para a noção de indivíduo</i> .....	16
<i>1.1.3 A transformação do individualismo na sociedade contemporânea</i> .....	19
<b>1.2 O indivíduo da sociedade contemporânea</b> .....	21
<i>1.2.1 O individualismo e o sujeito da sociedade individualista</i> .....	22
<i>1.2.2 Algumas conseqüências indesejáveis do individualismo exacerbado</i> .....	24
<i>1.2.3 A sociedade do espetáculo e a cultura do narcisismo</i> .....	26
<b>1.3 O individualismo e as questões de classe</b> .....	28
<i>1.3.1 A desordem e a liberdade: interessante para quem?</i> .....	29
<i>1.3.2 A lógica do consumo e o refugo humano</i> .....	32
<i>1.3.3 Especificidades da América Latina e do Brasil</i> .....	35
<b>2 A CLÍNICA PSICOLÓGICA</b> .....	38
<b>2.1 O social na formação do sujeito psicológico</b> .....	38
<i>2.1.1 O social reduzido à relação intrafamiliar e interpessoal?</i> .....	38
<i>2.1.2 Importância de atentar para as mudanças históricas</i> .....	40
<i>2.1.3 A clínica e o social: necessidade de interligar os olhares</i> .....	42
<b>2.2 A emergência da psicologia na sociedade individualizada e o indivíduo da clínica psicológica</b> .....	44
<i>2.2.1 Sobre a função que a psicologia vem desempenhar na sociedade individualista</i> .....	45
<i>2.2.2 A noção de sujeito e de subjetividade adotadas pela psicologia no contexto individualista</i> .....	48
<i>2.2.3 A psicologização da vida cotidiana</i> .....	50
<i>2.2.4 Conseqüências desse modelo e implicações para a prática psicológica</i> .....	54

<b>2.3 Clínica psicológica: a clínica da elite.....</b>	<b>58</b>
2.3.1 <i>Importando teorias para outras realidades .....</i>	58
2.3.2 <i>Clientela privilegiada: quem é o indivíduo da clínica psicológica? .....</i>	60
2.3.3 <i>Psicologizando questões sociais e realidades diversas .....</i>	62
<b>2.4 Uma proposta de prática clínica contextualizada.....</b>	<b>67</b>
2.4.1 <i>Repensando o indivíduo da clínica: O social além da dinâmica intrafamiliar ...</i>	68
2.4.2 <i>Importância da transdisciplinaridade na clínica.....</i>	71
2.4.3 <i>Transformando a atuação do terapeuta: por uma noção mais ampla de             transferência e escuta clínica.....</i>	74
2.4.4 <i>A proposta psicanalítica de Birman: por uma psicanálise complexa.....</i>	78
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>86</b>

## INTRODUÇÃO

A ideologia individualista, hoje amplamente difundida na sociedade ocidental, teve seus primórdios ainda no cristianismo, passando por diferentes fases no Iluminismo, Romantismo e na sociedade atual, sendo amplamente influenciado pelo capitalismo. Temos, portanto, que o individualismo não é algo natural e intrínseco ao ser humano, mas sim algo construído e transformado ao longo da história das sociedades, particularmente da sociedade ocidental, como revela Dumont (1985) ao fazer um estudo sobre a origem e a transformação do individualismo.

Dumont (1985), Figueiredo e Santi (1997) e Mancebo (2002) fazem descrições de como o individualismo se deu desde o início de sua concepção e inserção na sociedade, relatando como este se transformou ao longo do tempo em suas diferentes fases.

O individualismo tal qual conhecemos hoje difere do individualismo anterior, que propunha um sujeito autocentrado e interiorizado. Como aponta Birman (2000), hoje os valores estão no autocentramento em função da auto-imagem e na exteriorização. O autor afirma que o indivíduo da sociedade atual é marcado pela exaltação do próprio eu, a estetização da existência, caracterizada por uma valorização do parecer (o que parece ser) em detrimento do ser, criando uma realidade ilusória, promove uma supervalorização da auto-imagem que deve ser exposta para o outro. Desse modo, o autor acredita que experiências de alteridade entram em decadência, pois o outro é colocado em uma posição de mero espectador da exibição do eu ou objeto de satisfação dos desejos desse indivíduo.

O sujeito deve ser voltado para si mesmo, preocupando-se com o que vai parecer e não com o que de fato é. Debord (1967/1997) sugere que a preocupação com a aparência é aumentada, pois ser não é mais tão importante como parecer.

Bauman (2009) aponta para as transformações no contexto trabalhista influenciadas pelo ideário individualista contemporâneo. Antes, o trabalho representava uma das certezas de longa duração para o trabalhador, no entanto, as relações de trabalho se tornaram bastante flexíveis e incertas, o trabalhador não tem mais a certeza de um trabalho fixo por longos anos da sua vida, este tem que estar disposto a uma maior movimentação e flexibilidade. O autor afirma que essa situação provoca uma sensação de incerteza. A incerteza, inclusive, não se restringe às questões trabalhistas, permeia as diversas relações sociais, os laços agora são

frágeis e tudo é muito transitório. A fragilidade das relações que era repudiada em tempos anteriores, hoje é valorizada.

Nesse sentido, Bauman (2004) afirma que o individualismo parece interessante apenas para algumas classes sociais privilegiadas. O autor relata as diferentes formas de vivenciar o ideário individualista na sociedade contemporânea, afirmando sempre que o individualismo, visto sob diferentes perspectivas, não parece tão agradável em todas elas.

Essas características parecem positivas para os sujeitos que podem usufruir dos benefícios trazidos pela liberdade proposta pelo ideário individualista. Para os sujeitos das classes populares, toda essa incerteza e fluidez não parecem satisfatórias e podem causar um grande mal-estar, tendo em vista que estes não podem mais contar com uma rede de apoio social e estatal. Nesse sentido, Bauman (2007) afirma que para os sujeitos que se encontram em posição de vulnerabilidade em função desse ideário, ter mais liberdade não parece solucionar seus problemas, pelo contrário, esta parece ter desmoralizado de forma forçada as rotinas de vida e as redes de vínculos e apoio que as apoiavam e lhes traziam sensação de segurança.

A psicologia emerge na sociedade juntamente com a consolidação do individualismo e do capitalismo industrial. Segundo Figueiredo e Santi (1997) juntamente ao advento do individualismo e do capitalismo surge a necessidade de obter controle e previsão dos sujeitos devido às formas de subjetivação apresentadas na proposta individualista. A psicologia vem, portanto, suprir essa necessidade, dessa forma apresentou-se, por vezes, como uma reforçadora e disseminadora do individualismo (DIMENSTEIN, 2000).

Autores como Figueiredo (1995a, 1995b, 1999a, 1999b), Calligaris (1996), Dimenstein (2000), Figueira (1981), Birman (2000) e Martín-Baró (1996, 2006) discutem criticamente a respeito do papel atual da psicologia na sociedade, principalmente da psicanálise, e a relação tensa entre a psicologia e o individualismo.

Na atualidade, podemos encontrar duas dificuldades na prática clínica da psicologia: uma se refere às transformações dos modos de subjetivação na atualidade, outra se refere às questões de classe. Muitas mudanças ocorreram nos modos de subjetivação dos sujeitos no decorrer das décadas, devido às transformações sociais e históricas e às mudanças de valores e ideais, a psicologia precisa dedicar uma atenção especial a essas modificações. Mudanças

históricas e sociais estarão sempre alterando as formas de subjetivação e esse fator é de extrema relevância para o campo da psicologia clínica.

O fato de não considerar o individualismo e a interiorização como construídos historicamente e tomá-los como naturais do sujeito fez a psicologia perder campo e não fazer mais sentido, por vezes, na atualidade (GUATTARI, 1992). Dimenstein (2000) afirma que a psicologia, ao inserir-se na sociedade no contexto individualista, permitiu que esse permeasse e embasasse a noção de sujeito e subjetividade trabalhada por ela. Sendo assim, a autora acredita que a psicologia não teve um olhar crítico sobre o individualismo, tomando-o como natural.

Já as questões de classe apresentam-se, muitas vezes, de forma problemática na clínica. Dimenstein (2000) afirma que a psicologia reproduz os padrões de exclusão social existentes quando apresenta uma prática centrada na ideologia individualista como naturalizada, pois esta utiliza o padrão burguês como referência de normal e saudável. Figueiredo (1999b) aponta para a desvirtuação da prática psicanalítica no que diz respeito ao seu intuito inicial de ser crítica, afirmando que essa acaba por reproduzir os padrões e condições sociais existentes. Ocorre que, por vezes, a clínica acaba por utilizar-se de uma visão limitada, atentando apenas para fatores psicológicos como personalidade e traços pessoais de um sujeito, esquecendo-se do olhar crítico e das dimensões multifacetadas dos fenômenos que envolvem um sujeito. Birman (2000) chama essa prática de psicologismo/psicanalismo e afirma que elas não são interessantes, pois responsabilizam individualmente os sujeitos ao invés de considerar os fatores sociais mais amplos. O autor afirma que essa foi por muito tempo uma prática comum à psicanálise, que deve ser mudada, pois tende a atribuir a traços pessoais a responsabilidade por determinadas práticas. Nesse sentido, Rose (2008) afirma que a clínica acaba, por vezes, psicologizando<sup>1</sup> questões que são sociais. Psicologizando questões sociais, os sujeitos de classes populares, com sua cultura própria e divergente do modelo padronizado, acabam sendo vistos como desviantes ou doentes.

A clínica psicológica teve por base pressupostos e padrões de uma determinada classe social, a elite. Martín-Baró (2006) afirma que a clínica psicológica ainda tem uma clientela

---

<sup>1</sup> Psicologizar no sentido de utilizar unicamente uma visão psicológica (focada em explicações psicológicas e traços pessoais) para tratar de questões multideterminadas e sociais. Este termo será trabalhado mais adiante.

privilegiada, destina-se em geral à elite, tanto por questões financeiras quanto por questões de compatibilidade, não permitindo identificação prática com os sujeitos das classes populares.

Martín-Baró (2006) afirma que a psicologia clínica tende, muitas vezes, a importar teorias norte-americanas ou européias. Figueiredo (1995a) discute a questão da transferência no contexto em que foi teorizada, relacionando-a com o contexto específico do Brasil, o autor aponta para as dificuldades que podem ser encontradas quando importamos teorias para outras realidades. Tanto o individualismo como algumas teorias sobre a subjetividade derivam de padrões específicos das classes médias e altas, não sendo aplicáveis, portanto, a algumas questões das classes populares.

Por vezes, não atentamos como deveríamos para os fatores históricos e sociais de uma forma ampla, que vão além de relações intrafamiliares e interpessoais. Não se pretende aqui desqualificar supostas estruturas psíquicas ou formas de funcionamento interior, mas aliar a estes fatores outros aspectos igualmente importantes que são, por vezes, menosprezados. Questiona-se, nesse sentido, se esses aspectos podem ser inseridos no campo da psicologia clínica ou devem ser encaminhados para outras áreas? Se é possível inseri-las, como fazer? Pretende-se, portanto, pensar de que forma esses fatores sociais mais amplos participam da subjetividade.

As reflexões acerca da prática clínica e do contexto individualista em que esta emerge podem contribuir para uma maior eficácia no atendimento e uma ampliação da visão de sujeito dentro da clínica, possibilitando uma compreensão maior das questões trazidas à clínica. Ampliando a visão de sujeito da clínica, estaremos contribuindo para agregar fatores sociais e históricos mais amplos ao contexto do consultório, só assim será possível a clínica psicológica abranger os diferentes setores da sociedade. As reflexões visam uma atenção às mudanças sociais e às questões de classe, buscando uma prática psicológica com visão crítica, adaptada à sociedade atual e às diferentes realidades sociais. A reflexão proposta nesta monografia pretende também contribuir para a sociedade de uma forma mais ampla, visando não só abranger e aperfeiçoar o trabalho da psicologia clínica para a sociedade, mas também promover uma reflexão acerca dos modos de subjetivação atuais na sociedade, considerando sua dimensão histórica, social, cultural e construída em detrimento de uma visão naturalizada.

Na primeira parte desta monografia busca-se, primeiramente, compreender alguns fatores históricos que levaram a condição atual em que vivemos na sociedade contemporânea,

delineando o caminho traçado pela ideologia individualista e como esta se transformou ao longo dos anos, enfatizando a concepção de indivíduo. Em seguida pretende-se descrever um pouco da situação atual, mostrando como o ideário individualista está inserido hoje na sociedade e como este influencia a noção de sujeito da nossa sociedade. Em um terceiro momento é colocado um contraponto importante entre o ideal individualista e as questões de classe, objetivando compreender como este é vivenciado pelas classes populares.

Na segunda parte é inserida a clínica psicológica na discussão a respeito do individualismo. Inicialmente há uma reflexão sobre como se dá a relação entre a psicologia clínica e os fatores sociais. Em seguida e de forma complementar, pretende-se discutir como se deu a inserção da psicologia clínica no mercado de trabalho, relacionando essa inserção com a proposta e as exigências da sociedade individualista. Nesse momento é possível perceber até que ponto o individualismo influenciou a noção de sujeito psicológico e a conseqüente relação da psicologia com os aspectos sociais. Por último neste capítulo pretende-se, finalmente, atentar para a forma como a psicologia clínica está atrelada a uma cultura elitista.

Por último, é percebida a necessidade de oferecer uma proposta de psicologia clínica que supere esses obstáculos colocados nos capítulos anteriores. Por uma questão de preferência, a proposta baseia-se na psicanálise que, apesar das distorções práticas sofridas, parece poder ainda alcançar uma prática mais complexa e abrangente. Para tanto, é discutido que avanços devem ser feitos e que retornos à proposta de Freud também devem ser pensados.

# 1 O INDIVIDUALISMO

## 1.1 A origem do individualismo

### *1.1.1 Breve histórico sobre as primeiras formas de individualismo na sociedade*

O individualismo, tal como o conhecemos hoje, definitivamente, não é um fenômeno natural, intrínseco do ser humano, muito menos algo natural e que sempre esteve presente nas sociedades. Segundo Elias (1987), a forma como se concebe a individualidade, os tipos de individualidades, têm um caráter dinâmico a partir de uma visão ampla, conforme a sociedade.

Nem sempre o indivíduo como ser autônomo foi o valor supremo de uma sociedade. Pelo contrário, na antiguidade e até hoje, em alguns lugares, a totalidade prevaleceu sobre os interesses individuais. As sociedades em que há uma prevalência dessa totalidade são chamadas de sociedades holistas, segundo a terminologia de Dumont (1985).

Vale destacar, porém, uma afirmação de Figueiredo (1995a) sobre a questão dessa diferenciação. O autor ressalta que denominar uma sociedade de individualista ou holista refere-se a uma predominância dessas concepções, já que pode haver exceções dentro de cada uma delas.

Dumont (1985) atenta para o cristianismo na Idade Média (séc. V ao séc. XV) como uma das primeiras formas de individualismo que se apresentaram à sociedade ocidental nascente, em contraposto às sociedades holistas. O cristianismo, inicialmente, irá supervalorizar o sujeito na sua relação com Deus e desvalorizar as coisas mundanas.

No entanto, o indivíduo da sociedade atual é diferente desse indivíduo cristão da Idade Média. A Revolução Industrial, o capitalismo e a globalização trouxeram mudanças significativas para a noção de indivíduo na sociedade. O indivíduo no sentido mais estrito do termo é propriamente uma criação moderna, ainda que encontre antecedentes no cristianismo medieval e mesmo na filosofia grega da Antiguidade.

Birman (2000) afirma que, ainda no século XVII, Descartes, inspirado em Montaigne, apresentou a interioridade e a individualidade como território do sujeito, opostas ao espaço

público e ao corpo. No Iluminismo (séc. XVIII) tem-se a idéia de um indivíduo racional, portador de uma personalidade soberana e uma identidade delimitada e auto-contida (MANCEBO, 2002). Já o Romantismo (a partir do final do séc. XVIII), segundo Figueiredo e Santi (1997), enfatiza o sujeito passional e sensível como uma proposta de valorização da individualidade e da intimidade. Nessa proposta, tem-se a busca pela inviolabilidade do individual (MANCEBO, 2002). Estes foram modelos de experiência de subjetividade privatizada que propunham a liberdade individual e que posteriormente entraram em crise.

Figueiredo e Santi (1997) afirmam que a subjetividade privatizada entra em crise ainda por volta do séc. XIX, quando percebe-se que a liberdade individual é ilusória. A proposta de liberdade individual não se consolidou como esperado nem pelas classes populares, que ficaram prejudicadas por perder suas redes de apoio social, nem pela elite de forma integral, pois esta, ao ganhar liberdade, perdeu segurança. A sociedade percebeu que não seria possível existir uma fraternidade se todos defendessem apenas seus interesses particulares. Há, a partir de então, a necessidade de mecanismos de controle social e previsão. Posteriormente esta necessidade será descrita como uma primeira possibilidade de lugar para a psicologia aplicada.

Os autores que discutem questões relacionadas à sociedade e à modernidade utilizam diferentes terminologias para conceber as fases da modernidade. Bauman (2007) divide os diferentes modelos de sociedade em tradicional, moderna e líquido-moderna, sendo as duas primeiras caracterizadas pela solidez das relações e a terceira, atual, pela liquidez e fluidez dos vínculos. Lipovetsky (1983) faz uma análise em termos de sociedade moderna e hipermoderna, sendo essa última caracterizada pela exaltação dos ideais e valores criados na modernidade. O autor utiliza essa terminologia por acreditar que a sociedade atual não pode ser denominada como pós-moderna, pois esse termo estaria pressupondo que as características da modernidade se extinguíram. Já Birman (2000) discute em termos de sociedade tradicional e moderna, sendo esta última a atual. Nesta monografia, entende-se que a sociedade tradicional difere em alguns pontos da sociedade moderna, esta última sendo caracterizada pela primeira revolução individualista. Entende-se, também, que a sociedade da qual se fala hoje é a sociedade contemporânea, caracterizada pela segunda revolução individualista, pela hipermodernidade (LIPOVETSKY, 1983) e pela liquidez das relações (BAUMAN, 2007). Essa diferenciação é importante para uma melhor compreensão da discussão dos autores ao longo do texto.

### *1.1.2 O capitalismo e suas conseqüências para a noção de indivíduo*

O significado do trabalho e os lugares ocupados pelos trabalhadores que se transformam com a Revolução Industrial e com o capitalismo estão ligados à individualização da sociedade. Segundo Bauman (2009), existiu, na passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida, um processo de transformação das conexões públicas, deixando a esfera pronta para o consumo privado, mas cada vez mais distante da possibilidade de produção de laços sociais.

Com a modificação do mercado de trabalho, Figueiredo e Santi (1997, p. 43) afirmam que no lugar de “comunidades produtivas”, passou-se para a produção ou venda da força de trabalho de indivíduos livres a proprietários privados. Os homens do mercado de trabalho eram os que não tinham seus próprios meios de produção e sobrevivência, por isso tinham de alugar sua capacidade de trabalho para receber um salário.

Diferentemente das sociedades tradicionais, nesta sociedade capitalista há alguma possibilidade de mover-se na escala social. Porém, da mesma forma que antes uma pessoa não poderia nascer pobre e morrer rica e com o capitalismo isto pode ocorrer, hoje um indivíduo pode “chegar à miséria sem que ninguém se preocupe com ele” (FIGUEIREDO; SANTI, 1997, p. 44), o que era muito pouco provável numa sociedade tradicional.

Até metade do século XX, segundo Bauman (2009), da mesma forma que os trabalhadores dependiam do emprego, o crescimento do capital dependia dos trabalhadores. Os trabalhadores podiam contar com um emprego fixo por praticamente toda a vida.

Porém, o autor fala da substituição desta mentalidade (que ele chama) de longo prazo por uma mentalidade de curto prazo. Com essa nova mentalidade as relações trabalhistas não devem mais durar longos tempos, a mudança de emprego passa a ser algo constante na vida dos trabalhadores, o capital, agora, não depende mais do trabalho para crescer, como ocorria anteriormente. A liberdade de movimentos está presente, os laços são fracos e a flexibilidade é maior. O autor compara a transformação dos laços trabalhistas com a mudança do matrimônio para o viver juntos.

Nesse novo contexto, segundo o autor, o espaço perde importância e o tempo toma seu lugar. É atribuído valor à capacidade de movimentação, por isso o espaço já não importa mais tanto quanto o tempo. A própria globalização favorece essa livre movimentação. Com a desvalorização do espaço fixo, o capital passa a poder transitar no espaço livremente independente de uma sala em algum lugar específico.

O foco está justamente na ausência de compromissos. Essa ausência de compromisso se dá através da fragilização dos vínculos. É desejável não manter compromissos, pois assim a fluidez e a possibilidade de movimentação são maiores, é permitida uma maior flexibilidade, tanto nas relações trabalhistas, como nas relações sociais em geral.

Na realidade, a nova mentalidade de curto prazo encontra-se expandida pelos diversos setores da vida. As relações sociais são mais fluidas devido à maior possibilidade de movimentação e pela descaracterização do espaço. Tudo é pensado para durar instantes ou momentos, a idéia é priorizar o aqui e agora, já que não se tem mais tanta certeza sobre o futuro. Essa incerteza reflete-se em uma constante instabilidade. A situação instável e precária das relações sociais reduz a possibilidade de fazer planos de longo prazo que compreendam vários anos à frente, tendo em vista que não parece mais tão certo onde o sujeito estará em alguns anos, se ainda terá o mesmo emprego ou estará no mesmo lugar, com as mesmas pessoas, isso tudo se torna um tanto improvável.

Bauman (2005) aponta para uma transformação da sociedade dos produtores para a sociedade dos consumidores. Nesse novo contexto, a produção e os trabalhadores que produzem não são mais tão valorizados como os consumidores, o mercado volta os olhos para os consumidores e os produtores passam a ser apenas um instrumento que pode ser facilmente substituído. Dessa forma, Bauman (2009) observa uma valorização das idéias e dos consumidores e uma desvalorização de objetos materiais e dos trabalhadores. Agora, com a diminuição da dependência do trabalho fixo para que o capital cresça, o trabalhador tende a ser desvalorizado, o que deve ser atingido é o consumidor, esse não se pode perder. Alguns tipos específicos de trabalhadores são os maiores alvos dessa desvalorização e a nova forma de ver o trabalho não parece ter sido muito favorável para eles, dentre estes trabalhadores estão os prestadores de serviços básicos e trabalhadores braçais.

Antes dessa transformação, laços frágeis e coisas transitórias eram sinônimos de desvalorização social, a busca era por coisas duráveis. É possível observar, portanto, uma

inversão de valores, através da qual, hoje, a valorização é contrária. Viver na nova desordem e em uma ampla rede de possibilidades, rodeado de incertezas, é uma habilidade desejável, podendo ser visto, inclusive, como um privilégio.

Mancebo (2002) afirma que a nova forma de capitalismo que se inicia no século XX apresenta duas características: por um lado (a) possibilita aos indivíduos vivências de autonomia e liberdade, permitindo um maior desenvolvimento dos indivíduos, mas por outro lado (b) obriga a inserção no sistema de produção e consumo e produz um espaço urbano desagregador que destrói redes sociais de solidariedade e interconhecimento. Segundo a autora, a nova tendência reduz “o lazer a um gozo programado, heterônomo, passivo e individual” (p. 106).

Guattari (1992) sugere que as velhas máquinas sociais foram substituídas pelos agenciamentos de subjetivação, que devem abrigar em seu interior as máquinas de desejo e de criação estética que estão constantemente remanejando as fronteiras cósmicas dos indivíduos. As velhas máquinas sociais referem-se, justamente, à forma anterior de se pensar a sociedade, quando esta era vista como agenciada pelo social, pelo grupo, quando a comunidade era vista como um todo que movimentava a sociedade, sem a qual não era possível pensar a sociedade de forma completa. Com os agenciamentos de subjetivação, a responsabilidade social é trazida para dentro do indivíduo, aos aspectos internos, sendo este responsável por adaptar-se às constantes transformações na sociedade. Cabe ao sujeito, nessa perspectiva de agenciamentos de subjetivação, o ajuste interno de seus desejos às transformações sociais, tornando-se apto e esteticamente aprovado pela sociedade.

Esta colocação de Guattari (1992) revela, também, a entrada da mentalidade de curto prazo que, junto à individualização e internalização dos processos, vem substituir a mentalidade de longo prazo e a valorização do social como sustentação para o enfrentamento da vida.

As máquinas do desejo e de criação estética que Guattari (1992) afirma estarem remanejando constantemente nossas fronteiras, por estarem em continua mudança e transformação, parecem nos dizer o que é melhor e o que é pior. No entanto, o que é considerado melhor em um momento, muda em uma velocidade muito rápida, nos obrigando a gerenciar essas mudanças também rapidamente em nossas subjetividades. Este pensamento

reforça a idéia de um gozo programado e passivo apontado por Mancebo (2002), mas sem reduzir-se a ela.

### *1.1.3 A transformação do individualismo na sociedade contemporânea*

Pode-se observar que o sujeito da sociedade atual apresenta-se extremamente individualizado, porém, o individualismo presente na atualidade difere da forma como era apresentado no início da ideologia, nos primórdios da modernidade. Enquanto inicialmente o indivíduo foi caracterizado e valorizado pela sua interiorização e autocontrole, nas últimas décadas a palavra-chave de valor se inverteu, agora o que é exaltada é a exterioridade, não mais a interioridade. O sujeito deve ser autocentrado no eu e voltado para a exposição externa de seu eu, nesse sentido, a atenção do indivíduo deve voltar-se para a estetização de seu eu, de sua auto-imagem, para que esta possa ser exposta para o mundo.

Birman (2000) apresenta uma explicação para a transformação dessas formas de ser individualistas. A conseqüência da exacerbação do individualismo é uma sensação geral de desamparo que obriga as pessoas a assumirem posições masoquistas de existir<sup>2</sup>. O autor afirma que a sociedade moderna “conduziu a um desamparo inédito e a um masoquismo devastador” (p. 48). O que ocorre é que junto ao sujeito masoquista sempre aparece o seu parceiro, o sujeito perverso, para oferecer ao masoquista um lugar para o seu desamparo. Esse sujeito perverso tornou-se predominante e desejado na sociedade.

Birman (2000) afirma que a dimensão estetizante é que está em foco, pela qual o autocentramento e a exterioridade se apresentam conjuntamente de forma paradoxal. A dimensão estetizante é caracterizada pelo mascaramento e pela simulação, investe-se no que se vai parecer aos olhos do outro, no que vai ser visto de fora. É nesse sentido que a relação paradoxal entre autocentramento e exterioridade se apresenta, pois o indivíduo é centrado em si mesmo, no entanto, a produção desse autocentramento pretende ser exposta e exibida ao público.

O resultado desta nova configuração é uma exacerbação maior ainda do individualismo e do descaso com o outro, que passa a ser visto como um objeto. Birman

---

<sup>2</sup> A posição masoquista de existir é caracterizada pela submissão ao outro, objetivando a fuga do desamparo. O sujeito experimenta uma grande sensação de desamparo, então prefere submeter-se à vontade do outro para que esteja, de alguma forma, livre da solidão.

(2000) afirma que o outro nessa sociedade é tratado como objeto para usufruto e o sujeito não consegue reconhecê-lo em sua diferença.

Para Birman (2000) o autocentramento cresceu de forma impressionante desde que se instituiu a visão individualista no mundo e no Ocidente. Este autocentramento veio acompanhado de um quase total desaparecimento da alteridade e da noção de produção histórica. Consolida-se uma hegemonia da aparência, no qual o que importa é a exaltação do próprio eu.

Pode-se considerar, segundo Lipovetsky (1983), essa transformação da forma em que o individualismo se coloca na sociedade como uma segunda revolução individualista. Para o autor, a primeira revolução individualista se deu com a proposta de um indivíduo autocentrado e interiorizado, com a qual a privacidade era valorizada. Já a segunda revolução individualista é representada pela atual valorização da estética, do autocentramento e da exteriorização, sendo este último o principal fator de diferenciação com a primeira revolução. Enquanto a primeira prezava por privacidade e interiorização, a segunda preza a exteriorização e a exacerbação do eu.

Birman (2000) faz ainda uma análise do sujeito fora-de-si e do sujeito dentro-de-si na sociedade moderna e pós-moderna, mostrando como o individualismo transformou-se desde sua inserção social. Inicialmente, o sujeito fora-de-si, exteriorizado, representava a loucura, enquanto o sujeito dentro-de-si, interiorizado e autocentrado representava a saúde mental.

Este modelo parece não ser mais o adequado pra se pensar o sujeito na sociedade contemporânea. Agora, o sujeito valorizado se parece muito mais com o sujeito fora-de-si do que com o dentro-de-si. O sujeito clássico fora-de-si, da loucura, difere ainda do sujeito valorizado pela sociedade contemporânea, o sujeito valorizado atualmente representa uma posição de excentricidade em sua exacerbação do eu. No entanto, na cultura atual o autocentramento exige uma posição de excesso de exterioridade e não de interioridade.

Calligaris (1996) já relatava uma mudança na sociedade, na noção de indivíduo e no que é valorizado e tido como ideal do sujeito. Diferenciando-se de outros autores, que reconhecem o indivíduo como valor apenas na modernidade, ele afirma que desde o século XIII, na Baixa Idade Média, a figura de valor é o indivíduo em sua autonomia e não mais a comunidade que o abriga como um todo. Os valores e referências tradicionais perdem seu espaço para a prevalência da caça às imagens agradáveis. No entanto, o autor já trazia uma

idéia ainda pouco aceita e pensada que hoje parece mais clara: o sujeito atual é narcísico e não se insere mais no mundo por identificação simbólica, mas sim pela sedução das imagens propostas pelo mundo.

Percebe-se, portanto, que o indivíduo narcísico da sociedade atual difere do indivíduo da proposta inicial da ideologia individualista. Este último já se inseria na valorização social do indivíduo autônomo, centrado em si mesmo e na desvalorização da comunidade como um todo. Já o indivíduo narcísico predomina numa sociedade que cultua imagens e consumo.

Na primeira fase do individualismo passou-se do ser para o ter. Na fase atual, do ter para o parecer. Assim Debord (1997) define bem a noção de indivíduo da sociedade contemporânea.

Retomando um argumento central para uma historicização do indivíduo moderno, é importante compreender que “a individualidade que o ser humano acaba por desenvolver não depende apenas de sua constituição natural, mas de todo o processo de individualização” (ELIAS, 1987, p. 28). A forma individual de ser que o sujeito adquire ao longo de seu desenvolvimento não está relacionada a algo natural daquele indivíduo e nem apenas de sua história pessoal, mas sim das características da estrutura da sociedade à qual pertence.

## **1.2 O indivíduo da sociedade contemporânea**

Muitas são as explicações para a concepção individualista de ser humano presente nos dias de hoje, é provável que todos os fatores citados e mais alguns tenham sido de fato contribuintes para a ideologia disseminada na contemporaneidade. O fato é que a cultura do individualismo está presente na nossa sociedade e vem trazendo suas conseqüências para diversos setores, desde o cotidiano dos indivíduos até as ciências que estudam os indivíduos.

Tantas mudanças provocadas pela modernização e pela inserção do ideário individualista na sociedade acarretam, com certeza, transformações na concepção de sujeito, na forma desse sujeito ver o mundo e se ver no mundo, na concepção de gozo e prazer, entre outros.

Esse item pretende discutir como se apresenta essa ideologia individualista na sociedade, que características têm e suas possíveis conseqüências. Enfim, como podemos perceber a presença dessa concepção cada vez mais naturalizada nos dias de hoje.

### *1.2.1 O individualismo e o sujeito da sociedade individualista*

Elias (1987) discute a questão da nova concepção de auto-imagem do indivíduo presente na sociedade moderna. O sujeito moderno é um indivíduo obrigatoriamente isolado e portador de um eu puro, desprovido de influências sociais, entende-se que cada um deve seguir a sua vida individualmente.

Essa auto-imagem foi construída a partir de um processo em que as pessoas foram obrigadas a adotar uma postura de autocontrole afetivo e a renunciar às expressões instintivas. Este foi um processo civilizatório da sociedade moderna, no qual uma versão do ideário individualista passa a se inserir na sociedade, a descrição desse primeiro processo corresponde à primeira revolução individualista apontada por Lipovetsky (1983). Tem-se, porém, que o indivíduo do autocontrole instintivo e emotivo difere em alguns pontos do indivíduo contemporâneo, da sociedade do consumo.

O que fica, contudo, do indivíduo civilizado do qual Elias (1987) fala é a concepção de que este deve ser inteiramente individual, ele existe antes de tudo que é social e só depois interage com o lado de fora.

O ideal moderno incentiva e, sutilmente, exige a busca pelos “autos”: autoconhecimento, auto-renovação, auto-reforma, autocentramento. O que se mostra presente nesse contexto é uma obrigação do indivíduo estar se auto-observando para que a constante movimentação seja eficiente. Segundo Bauman (2007), ocorre uma desatenção aos aspectos da vida comum, o que impede qualquer tipo de solidez na vida individual. A vida coletiva parece perder importância, apenas a vida individual é valorizada, e esta acaba perdendo sua solidez, sua concretude. Para o autor, a própria felicidade é o objetivo supremo da vida individual.

Com relação a essa atenção exacerbada para com os aspectos internos, Figueiredo (1995a) comenta que, para cumprir com os requisitos exigidos pela sociedade moderna para ocupar o lugar de indivíduo, é preciso que o sujeito alcance uma total autonomia. E, nesse momento, vale ressaltar a diferenciação que o autor faz entre independência e autonomia. A primeira refere-se à ausência de obrigações, lealdades e vínculos, a partir dela o sujeito pode fazer projetos individualizados e independentes de uma posição ocupada em um quadro social

hierárquico. Já a segunda representa a possibilidade de exercer a liberdade a partir de suas próprias leis, não se restringe à privacidade, como a independência. É a autonomia que, para o autor, garante o status de sujeito na sociedade moderna.

A ideologia do individualismo promove na sociedade moderna uma tendência à concepção de indivíduo como um valor moral e jurídico, baseada nos padrões de um determinado segmento social representado pelas classes médias da sociedade (DUARTE, 1986). A noção de indivíduo da sociedade moderna não tem o sentido de indivíduo como agente empírico que faz parte de qualquer sociedade e é essencial para que esta exista; é uma noção que pressupõe valores de liberdade e igualdade (DUMONT, 1985), que dão a idéia de um indivíduo completamente independente de vínculos sociais, que não tem qualquer relação constitutiva com a cultura e é completamente autônomo.

Neste momento, porém, vale salientar um aspecto apontado por Figueiredo (1995a), ele afirma que o individualismo da sociedade moderna é muito mais uma ideologia do que uma realidade, tendo em vista que os sujeitos da sociedade individualista não são de fato a-sociais. O que ocorre é uma crença nessa existência a-social e uma valorização da autonomia e da independência.

Nos dias de hoje têm-se que as características individuais são uma espécie de essência, algo imutável e regular, ou seja, natural. O ser humano, segundo Elias (1987), é tido como um cosmo autônomo. Acredita-se, e até deseja-se, que este seja portador de uma individualidade que independe das relações sociais e do lugar que o sujeito ocupa no espaço.

Bauman apresenta a individualidade como um dever nas sociedades globalizadas contemporâneas. Vale ressaltar a sua afirmação sobre como se dá a busca pela individualidade na sociedade atual: “A individualidade é uma tarefa que a sociedade dos indivíduos estabelece para seus membros – como tarefa individual, a ser realizada individualmente por indivíduos que usam recursos individuais.” (BAUMAN, 2007, p. 29). O que ocorre, porém, é uma contradição e conseqüente frustração nesta tarefa, pois ela é, na realidade, impossível de ser realizada.

Mancebo (2002) define o indivíduo atual como movido pela competitividade individualista e pela intimização exarcebada. Esses fatores agregados impedem o indivíduo de pensar e agir em função de eventos globais. Além disso, a autora mostra que a liberdade

individual tem recebido muito mais espaço do que a igualdade.

De fato é impossível ter em uma sociedade graus muito elevados de igualdade e liberdade ao mesmo tempo. E o que podemos observar na sociedade atual é uma supervalorização da liberdade em detrimento da igualdade. No entanto, vale salientar que, na realidade, essa liberdade proposta é fundamentalmente uma liberdade para consumir, não sendo possível estendê-la a todos os setores da vida. Fica, contudo, a sensação de liberdade total como proposta e como ideal.

“A alteridade e a intersubjetividade são modalidades de existência que tendem ao silêncio e ao esvaziamento.” (BIRMAN, 2000, p. 188). Com a busca desenfreada pela liberdade total, o indivíduo da sociedade atual acaba por deixar de lado esses dois fatores citados pelo autor.

O indivíduo valorizado na contemporaneidade é aquele que busca o gozo incansavelmente e nunca se satisfaz com o que consegue, está sempre em busca de mais. Seja a busca por poder, por consumo ou por qualquer outra forma de prazer. Birman (2000) nos diz que aumenta a valorização do estilo perverso de ser. O que importa é a quantificação do gozo e não a satisfação, de fato. Nesse estilo perverso de ser a busca pela satisfação não tem limites, o sujeito vai buscar seu gozo a todo custo, colocando, nesse momento, o outro no lugar de objeto, pois não importa o outro, importa apenas a satisfação pessoal. O lugar do outro restringe-se a objeto de satisfação.

### *1.2.2 Algumas conseqüências indesejáveis do individualismo exacerbado*

Junto ao advento da modernidade e da relativa liberdade com a qual os indivíduos são presenteados no mundo atual, unem-se os perigos, conflitos e ameaças aos quais os indivíduos estão expostos. Não que antes não existissem perigos, porém, agora, os sujeitos não contam mais com a rede social de apoio próxima a eles (Mancebo, 2002), já que são sujeitos autônomos e individuais (ou desejam e são obrigados a ser). Essa questão se aplica principalmente aos sujeitos de classes populares, cuja rede de apoio social representava uma segurança maior em relação às desigualdades e exclusões sociais.

Bauman (2004, p. 112) afirma que é pedido que as pessoas “busquem individualmente suas próprias soluções individuais para problemas socialmente produzidos.” Presume-se que

ninguém mais seja confiável e que os vínculos estão sempre relacionados a interesses secundários.

Reforçando ainda mais a fragilização dos vínculos, o autor comenta que na atualidade nada é indispensável ou insubstituível. “Nada no mundo se destina a permanecer, muito menos para sempre. (...) Tudo nasce com a marca da morte iminente.” (BAUMAN, 2004, p. 120).

Percebe-se aí o caráter de curto prazo das relações, das identidades e das próprias coisas na concepção individualista contemporânea. Enquanto na sociedade tradicional e mesmo no contexto da modernidade sólida a mentalidade de longo prazo conferia ao sujeito uma possibilidade maior de sentir-se seguro nas suas decisões e escolhas, na sociedade líquido-moderna a incerteza, a insegurança e, conseqüentemente, a angústia estão mais presentes na vida do sujeito.

Birman (2000), em uma análise do desamparo, afirma que nas sociedades tradicionais a experiência originária do desamparo fica mais regulada em função da longa duração dos sistemas, que oferecem segurança e grandes certezas às escolhas do sujeito, tendo em vista que estas já estão há muito tempo estabelecidas. Já na sociedade moderna, o desamparo é maior, pois aumenta o potencial de incerteza do sujeito e, por conseguinte, a insegurança e a angústia. O autor afirma que a modernização traz novas exigências para a subjetividade, determinando permanentes remodelações em função dos processos contínuos de transformação da ordem social.

Nesse contexto, o presente ganha importância superior e quase única, silenciando o passado e o futuro. O que está em jogo é o agora, a história se perde e o futuro parece não importar tanto quanto a marca da exterioridade da própria imagem no presente. Augé (1993, apud CUÉLLAR, 1996) afirma, em relação ao tempo, que este passou a ser percebido de uma maneira diferente, a partir de uma noção acelerada de tempo e de imediatez, caracterizada pela superabundância de acontecimentos.

Essa mentalidade de curto prazo com foco no presente parece oferecer uma liberdade à priori, no entanto, pode-se perceber que a insegurança e a incerteza deixam suas marcas nos indivíduos da sociedade atual. Essas marcas estão refletidas na angústia dos sujeitos.

Costa e Moreira (2010) afirmam que o esfacelamento de ideais, autoridades, instituições e valores proporcionou uma garantia de liberdade bastante ampla, mas, ao mesmo tempo,

provocou um aumento do nível de angústia dos sujeitos e foi deletério ao pacto social. A desvalorização dos antigos ideais e referenciais apresentou aos sujeitos uma possibilidade de libertação de algumas amarras institucionais e de autoridades, no entanto, os vínculos e redes também foram esfacelados, o que provocou uma maior sensação de desamparo. Conseqüência disso é o alto nível de angústia relatado pelos autores. Bauman (2007) discute essa questão a partir do dilema contemporâneo entre liberdade e segurança, relatando que com o aumento da liberdade, aumenta também o nível de insegurança, já que os vínculos se tornam frágeis.

Quanto à angústia provocada, percebe-se uma exigência social de remediá-la o mais rápido possível, tendo em vista que na sociedade moderna não há espaço para esse tipo de questão, é exigido o consumo e a constante exteriorização do eu, o culto a uma imagem de eu que deve ser exposta ao outro.

Nesse contexto, segundo Birman (2000), a angústia é remediada e não há atenção para uma reflexão ampla e contextual dos acontecimentos, apenas atenta-se para o momento presente, não para o passado e para o futuro. Como mecanismos de remediação têm-se os tóxicos e os psicofármacos, por exemplo, que visam a cura imediata dos sintomas de interiorização, sem levar em conta os fatores históricos e sociais presentes na questão. O autor afirma que há uma preocupação constante em remediar deprimidos e panicados, para que estes se encaixem nos padrões exigidos de exteriorização. Acredita-se que eles estão muito interiorizados, e essa característica não é mais desejável. Para tanto, Birman (2000) afirma que as indústrias de psicofármacos agem, em algum nível, no sentido de trazer esses sujeitos o mais rápido possível para as exigências atuais de exteriorização, bem como agem os tóxicos.

Quanto ao esfacelamento de valores e ideais como deletérios do pacto social, Costa e Moreira (2010, p. 230) afirmam que este pode evitar o mal-estar causado pelo excesso de controle<sup>3</sup>, porém priva os sujeitos, também, das referências e da sensação de estar em solo firme, ou seja, das certezas. Os valores e ideais permitiam em algum nível aos sujeitos “situar-se no universo social.”

### *1.2.3 A sociedade do espetáculo e a cultura do narcisismo*

---

<sup>3</sup> Mal-estar esse discutido por Freud no Mal-estar na civilização, caracterizado, justamente, pelo excesso de controle característico dos tempos de solidez.

Na cultura do narcisismo, da exaltação do eu, não se pode parar de movimentar-se, não há tempo para as crises existenciais e nem para as reflexões profundas, amplas e sociais. O sujeito deve voltar-se apenas para si e para sua auto-imagem, deve enfeitar seu eu, buscando a exacerbação das características externas, da beleza, para então exibi-lo ao mundo. O altruísmo não está na moda.

O que ocorre, segundo Birman (2000) com a exarcebação do eu é que a experiência de diferenciação e a conseqüente valorização do outro torna-se impossível, tendo em vista que o sujeito está voltado apenas para si próprio, para suas miragens e em profunda mediocridade existencial.

A noção de comunidade fica esfacelada frente ao egoísmo e à destituição dos valores anteriormente adotados. “Resta ao sujeito a possibilidade de gozar continuamente para sobreviver, à custa do corpo e da carne do outro” (BIRMAN, 2000, p. 299). A ordem social desprovida dos antigos valores e os sujeitos autocentrados voltados a ideais particularistas impedem uma relação dialógica com o outro, restando aos sujeitos buscarem individualmente e solitariamente por suas próprias satisfações. A alteridade, nesse sentido, perde importância, pois o outro tem função apenas de satisfazer o desejo do indivíduo.

Deve-se atentar para o fato de que esse esfacelamento da comunidade é característico de uma determinada classe social, a elite. Para as classes populares, a comunidade parece continuar sendo bastante valorizada. Essa questão será discutida posteriormente.

Calligaris (1996) já observava e até previa um narcísico mundo novo, no qual haveria um culto à imagem, à boa forma física, e a toxicomania aumentaria em grande escala em decorrência da busca real e rápida pela felicidade.

Nesse contexto, é exigido que se tenha um determinado perfil de exteriorização, o qual não é alcançado por sujeitos ditos deprimidos. Birman (2000) afirma que os deprimidos representam a impossibilidade de participar da sociedade do espetáculo. Esses devem ser excluídos ou rapidamente transformados. Os sujeitos devem estar preparados para a exaltação de si mesmos.

Na sociedade narcísica tudo é voltado para o próprio indivíduo, para sua satisfação e para a exibição da sua imagem. O lugar do outro se restringe ao papel de objeto de satisfação ou de espectador desse indivíduo. Segundo Lipovetsky (1983), a nova revolução

individualista é marcada pelo individualismo total, representado pela realização emocional de si próprio, paixão pela personalidade, flutuação existencial, psicologização do social, da cena pública, do político, entre outros.

O objetivo aqui não é discorrer de forma longa a respeito da sociedade do espetáculo e das características de seus indivíduos. Esse seria outro trabalho bastante longo, tendo em vista que tem-se outros tantos aspectos relacionados com essa questão. Nesse sentido, é preciso compreender e enfatizar apenas que na contemporaneidade tudo para o indivíduo gira em torno de satisfazer seu próprio eu e exaltar a imagem deste. Esse narcisismo é altamente desejável para os padrões da sociedade atual.

### **1.3 O individualismo e as questões de classe**

A relativa liberdade e a individualidade trazidas pelo advento do capitalismo, do consumismo e das novas relações trabalhistas parecem ser interessantes apenas para determinadas parcelas da população. Existem classes sociais para as quais essas mudanças trouxeram maiores desvantagens.

Primeiramente, deve-se atentar para o fato de que a ideologia individualista se formou a partir de tendências próprias de uma determinada classe social. Na sociedade moderna os valores que são base para o individualismo são das classes burguesas, de segmentos sociais intelectualizados e que têm possibilidade de viver conforme o ideal individualista e de liberdade da modernidade.

Figueiredo (1995a) afirma que a sociedade moderna exige do indivíduo um eu interior bem consolidado para que este tenha alguma possibilidade de ser sujeito e exercer seus direitos de sujeito na esfera pública. A partir disso o autor propõe uma reflexão sobre quem teria condições de viver plenamente a nova concepção de indivíduo na modernidade.

Porém, há na nossa sociedade diversos grupos de pessoas não se encaixam nesta forma de vida, na maioria das vezes por não poderem. Essas pessoas, segundo Figueiredo (1995a, p. 38), “gozam de uma precária e muito discutível independência de vínculos e obrigações”, tendo em vista que a valorização destes vínculos e obrigações foi colocada em baixa para os padrões elitistas com o advento da sociedade individualista. Estes sujeitos tidos como não adaptados à forma de vida proposta pelo ideário individualista são submetidos a regras sociais

nas quais não se reconhecem e ao controle autoritário que pretende torná-los dóceis. São, portanto, objeto de dominação pela classe burguesa, e a individualidade, para eles, traz desamparo. Estes meros indivíduos não têm lugar próprio e se deparam com dificuldades para construir esse lugar.

### *1.3.1 A desordem e a liberdade: interessante para quem?*

As desigualdades sociais parecem se acirrar com as transformações sociais ocorridas a partir do crescimento do capitalismo e da globalização. A globalização representa a ruptura com a ordem moderna do Estado como uma nação acolhedora e a desvalorização dessa ordem. Bauman (2009, p. 48) caracteriza a globalização como “a nova desordem mundial.” Segundo o autor, nessa nova concepção a ordem torna-se sinônimo de falta de poder e subordinação, o poder está ligado diretamente à capacidade de movimentar-se com rapidez e sem aviso.

A ausência da ordem é utilizada, então, como forma de dominação, à medida que aumenta as restrições sobre quem não tem condições de viver nessa desordem, usufruindo da liberdade e movimentação que esta traz para alguns. Com relação a isso, Bauman (2009, p. 50) afirma:

Graças às novas técnicas de ruptura, falta de compromisso, evasão e fuga agora à disposição das elites, os demais podem ser mantidos em xeque, incapacitados, e assim privados de seu poder limitante devido à vulnerabilidade e precariedade de sua situação.

A incapacidade desses sujeitos de movimentar-se é usada como instrumento pela elite para manter presos os indesejáveis. Além disso, o encolhimento das atribuições sociais do Estado como garantidor de estabilidade, segurança e inserção no mercado de trabalho, torna os sujeitos em situação de vulnerabilidade social ainda mais vulneráveis.

Junto à desordem vem a incerteza. A ausência de longo prazo traz, junto à liberdade e à movimentação, a desconstrução da confiança e do compromisso. Viver essa liberdade, transitando em uma rede ampla de possibilidades e usufruir do deslocamento e da desordem é um privilégio de poucos. A mesmas características que representam a maravilha da espontaneidade e da liberdade, podem representar uma maldição com conseqüências destrutivas. Tudo vai depender das circunstâncias em que ocorrem e quem são os sujeitos que vivenciam essa nova desordem. Ao descer a escada social pode-se perceber as conseqüências

opostas que essas características podem trazer. Como afirma Friedland (apud BAUMAN, 2009, p. 55), “aqueles no topo celebram o que os outros sofrem.”

A substituição do valor do espaço para a valorização do tempo também envolve questões de classe. Segundo uma categorização de Reich (1991, apud BAUMAN 2009), as pessoas se dividem a partir de suas atividades econômicas em: (a) manipuladores de símbolos (inventam idéias para serem desejadas e vendidas); (b) reprodutores do trabalho; (c) pessoas empregadas em serviços pessoais (requerem encontros com os receptores do serviço); e, finalmente, (d) os trabalhadores da rotina. Estes últimos são os tidos como mais descartáveis, podem facilmente ser substituídos, seus serviços relacionados a linhas de montagem ou a redes de computação não exigem nenhuma habilidade pessoal específica. Enquanto a elite desfruta da vida apenas no tempo, estes sujeitos têm de se desdobrar para viver no espaço, pois não têm a possibilidade de livres movimentações.

O individualismo é algo que traz consigo a possibilidade de se desprender de laços sociais e compromissos, a nova tendência permite que o sujeito se prenda com a mesma rapidez que se desprende. Porém, existem sujeitos que não querem e, além do mais, não podem se movimentar com toda essa rapidez exigida. Esses sujeitos não têm oportunidade de crescer dentro desse sistema, pois não atingem os requisitos necessários. O fato é que, apesar de não quererem, eles estão dentro desse sistema. A liberdade e a individualidade, vistas como um direito pelas classes mais privilegiadas nesse contexto é, para os menos favorecidos, um dever sem possibilidades de se fugir ou se fazer diferente.

Bauman (2001) sugere que através do processo individualizador pretendia-se alcançar o pacote liberdade com segurança. No entanto, este pacote está disponível para poucos, apenas para a elite burguesa. De fato, para que a liberdade seja alcançada junto à segurança é preciso controlar o que está fora desse grupo seletivo, para que as coisas saiam sempre conforme o planejado. Os sujeitos das classes mais baixas devem contentar-se com a parte da relativa liberdade pessoal, a segurança dificilmente está incluída neste pacote para esse grupo. Ou podem “optar” pela segurança às expensas da liberdade, no caso do neocomunitarismo autoritário contemporâneo (BAUMAN, 2007), cujo exemplo mais evidente é o da expansão dos fundamentalismos étnicos e religiosos.

Para o autor, portanto, foram muito bem demarcadas pelo capitalismo a face emancipatória e a face coercitiva, sendo claramente separadas para os dois setores da sociedade.

De fato, a forma como as diferentes classes sociais vivenciam o individualismo inserido na sociedade é muito variada. As classes populares buscam sobreviver em um meio no qual a nova liberdade parece mais uma ameaça do que uma realidade colorida. Deve-se refletir, portanto, para quem é interessante ser indivíduo na sociedade atual, assim podemos entender por que os sujeitos das classes populares parecem preferir manter uma rede social em suas comunidades bastante diferenciada das redes que a elite ainda mantém.

Bauman (2001) afirma que o lugar fixo pode ter perdido importância para as classes burguesas que podem vivenciar uma maior fluidez, no entanto, a busca do lugar ainda parece ser importante em determinados setores da sociedade.

Para os sujeitos que não podem vivenciar de forma privilegiada o ideário individualista, parece ser uma solução buscar segurança na comunidade local. Essa busca, vista como desatualizada e até sem sentido pela elite, é uma tentativa de manter ainda um pouco da segurança que o mundo parece querer destruir cada dia mais.

Lipovetsky (1983) afirma que no ideário individualista da sociedade narcisista existe uma predominância de atenção aos desejos individualistas em detrimento dos interesses de classe, uma ênfase no hedonismo e no psicologismo em detrimento de programas e formas de ação coletiva.

Toda essa mudança de valores e ideais é interessante para a elite, que pode ter seus desejos individualistas e egocêntricos priorizados, bem como sua satisfação pessoal e prazerosa. É fato que essa proposta não se torna realidade para as classes populares, muito menos para aqueles que estão abaixo da linha da pobreza, como muitos no Brasil.

Enquanto uns vivem em um ideário que acreditam estar totalmente ou quase totalmente disseminado, esquecem que longe de estar completamente disseminado, principalmente no Brasil, esse ideário ameaça as condições de sobrevivência de muitos.

### 1.3.2 A lógica do consumo e o refugio humano

Nesta era capitalista os sujeitos têm valor a partir de duas características: o quanto consomem e o quanto têm habilidades para se movimentar e movimentar seus padrões identitários. Os sujeitos que não têm possibilidades de movimentações rápidas e nem são considerados, como chamou Bauman (2007), adequados para o consumo. São tidos como impróprios e inúteis na sociedade.

O lixo é uma das mais abundantes produções da sociedade atual. Tudo nesse contexto precisa ser renovado constantemente, precisa renascer, inclusive pessoas. Sujeitos que não são considerados aptos ao dever de ser individual e livre correm também o risco de serem descartados.

Bauman (2004, p. 38), então, afirma em relação ao lixo produzido pela sociedade, inclusive estes sujeitos descartados pela sociedade de consumidores:

Removemos os dejetos da maneira mais radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e inimagináveis, por não pensarmos neles. Eles só nos preocupam quando as defesas elementares da rotina se rompem, e as precauções falham – quando o isolamento confortável e soporífero de nosso *Lebenswelt*, que elas deveriam proteger, está em perigo.

Neste trecho tem-se uma revelação de um dos lados da realidade da ideologia individualista implantada nas sociedades contemporâneas. Enquanto alguns sujeitos encontram-se desfrutando dos prazeres de viver em movimento e em função da satisfação de seus próprios egos, fecham-se os olhos para sujeitos que encontram-se sem lugar nos moldes individualistas da sociedade.

Pode-se perceber, no entanto, que este modelo não termina na simples exclusão destes sujeitos. Eles continuam existindo e, infelizmente, só atenta-se para eles quando representam perigo para a segurança da classe burguesa em sua individualidade. Enquanto esses sujeitos permanecem em silêncio no local de exclusão reservado a eles são esquecidos, no entanto, quando aparecem no espaço reservado da burguesia, são tidos como um problema.

Bauman (2004, p. 20-22) afirma que diante da nova ótica de valorização dos indivíduos, alguns sujeitos estão fadados à “redundância.” Ser redundante é, para o autor, o mesmo que ser desnecessário e sem uso para a sociedade. A partir disto, tem-se que os

indivíduos redundantes tornam-se dispensáveis, por serem considerados “consumidores falhos.”

Para a sociedade em geral, a culpa de encontrar-se nessa situação é do próprio indivíduo, sendo assim, ele é excluído socialmente. Para Di Flora (1987) a razão da exclusão é tida como de caráter individual, a culpa recai, portanto, sobre o próprio indivíduo que é visto como desajustado, desintegrado e marginal. A autora ainda afirma que as próprias instituições, ao tentar tratar essas pessoas, as caracterizam como desviadas ou portadoras de alguma patologia. Ugá (2004) também traz uma reflexão acerca da culpabilização individualista, afirmando que na lógica da valorização pela capacidade de consumir, a pobreza passa a ser vista como um fracasso de ordem individual do sujeito que não consegue ser competitivo.

No entanto, Douglas (1970, apud BAUMAN, 2004) afirma que a qualidade de redundante não é intrínseca a nenhum ser humano, não é uma lógica interna, mas sim um papel recebido que carrega junto de si qualidades assustadoras e repulsivas.

É fácil perceber o alto risco que corre a classe baixa de tornar-se redundante na sociedade atual de consumidores, tendo em vista que esta valoriza as pessoas individualmente pela sua capacidade de consumir e de ser plenamente indivíduo.

Bauman (2004) diz ainda que estes sujeitos são considerados parasitas e intrusos na sociedade elitizada muitas vezes por serem raivosos e irritáveis. É fácil perceber porque se tornam assim, tendo em vista a rejeição que sofrem. Suas atitudes de resistência são inúteis, mas diante da situação de rejeição e invisibilidade é difícil encontrar modos de transformar seus sentimentos em ações que sejam efetivas.

Segundo o autor, é dada a estes sujeitos a tarefa intimidante de ganhar meios para a sobrevivência biológica, no entanto, estes são privados das mínimas condições necessárias para a sobrevivência social, como a auto-estima e a autoconfiança.

Percebe-se, portanto, que as oportunidades de viver plenamente os prazeres que o ideário individualista tem a oferecer são vetadas pela condição de esforço pela sobrevivência biológica, que impossibilita a busca pela interiorização e pela realização dos prazeres do consumo, os quais interessam com exclusividade a sociedade capitalista. A partir da impossibilidade de viver a proposta individualista, os sujeitos podem ou se conformar com as

condições precárias que vivem, ou se revoltar frente a essa condição, abominando as características do modelo individualista. Neste contexto, a não aceitação, a queixa e a recusa a honrar os moldes individualistas adotados pela burguesia são vistos até como um crime contra a sociedade. A revolta é tida como uma atitude de desajuste e marginalização, ou seja, uma ofensa à sociedade burguesa que vive nos tais moldes.

Percebe-se neste momento uma diferença marcante entre a segregação de classes que ocorria antigamente e a que ocorre hoje com a nova concepção de indivíduo e de valor na sociedade. A divisão em classe sociais podia até marcar os sujeitos por um estigma de inferioridade, mas estes não eram considerados excedentes populacionais completamente inúteis para a sociedade capitalista, como são hoje, por não serem considerados bons consumidores.

Bauman (2004) explica este repugno aos que não se encaixam nos moldes como um medo das classes burguesas devido ao fato destes sujeitos personificarem o quão ilusória é a segurança e a liberdade oferecida pelo ideário individualista. Dessa forma, as classes privilegiadas percebem que o ideário individualista é ilusório, existindo diversas pessoas que não tem condições de participar dele ou, para ela, participar não é vantajoso. Os sujeitos que sofrem as conseqüências do individualismo, ao invés de aproveitá-las, revelam a dimensão imaginária e irreal da idéia de uma sociedade totalmente individualizada.

Quanto a isso, Birman (2000), discutindo a violência e as questões de classe na sociedade atual, aponta dois possíveis caminhos a serem trilhados em decorrência da diminuição das relações alteritárias e da exacerbação do ideário individualista e narcisista. Nas classes médias e burguesas, a perversão valorizada na atualidade é representada pela estetização da existência, caracterizada pela exacerbação do belo como algo externo, o amor, a amizade e o afeto sem segundas intenções perdem seus lugares; o corpo do outro não representa mais um lugar de afeto, mas sim um mediador para incrementar a própria auto-imagem e satisfazer o próprio gozo. As classes populares encontram-se privadas de usufruir dos mesmos benefícios da cultura narcisista que a elite usufrui e, além disso, de terem respeitados seus direitos humanos básicos. Dessa forma, utilizam-se, por vezes da violência para sobreviver à violência exercida pela elite sobre eles, em forma de dispositivos de poder, impunidade e arrogância.

Esta violência tende a ser considerada moralmente inferior através de mecanismos de psicologização de fatores que são, na realidade, sociais. Atribui-se a traços psicológicos individuais a responsabilidade por atitudes violentas. Esse processo será discutido no próximo capítulo.

### *1.3.3 Especificidades da América Latina e do Brasil*

A diferença da vivência do individualismo por diferentes classes sociais é mais fortemente percebida em países subdesenvolvidos, nos quais as desigualdades sociais são mais marcantes e diferenciam claramente as formas de viver.

Mancebo (2002), em relação a estas diferenças, afirma que nas nações periféricas a emancipação do capitalismo contemporâneo e de sua perspectiva otimista entra em choque com a realidade de exclusão e miséria de boa parte da população.

Em uma análise específica da realidade brasileira, Figueiredo (1995a) atenta para a forma peculiar como Brasil se inseriu na modernidade e na cultura individualista. Esta forma é marcada pelo contraste entre as características do individualismo e do capitalismo moderno e os valores patriarcais e afetivos pré-modernos. Segundo o autor, as pessoas fariam uso dessas duas esferas conforme sentissem necessidade, de uma forma quase perversa.

DaMatta (1986, apud FIGUEIREDO, 1995a), sugere que, dessa forma, o Brasil forma: (a) pessoas com um modo de subjetivação tradicional e holístico, e (b) indivíduos anônimos e desprotegidos, com um modo de subjetivação moderno e urbano. Figueiredo (1995a) complementa afirmando que, no Brasil, convive-se concomitantemente com identidades idiossincráticas e identidades posicionais de forma complementar e conflituosa.

Apesar de toda expansão do individualismo, da inauguração do sujeito moderno e dos ideários da modernidade, Figueiredo (1995a, p. 50) afirma que o fator específico brasileiro não pode ser desconsiderado, pois traz distorções marcantes na ideologia que pretende-se implantar. Segundo ele, é impossível: “Conservar seus significados e eficácias de origem quando transpostos para um país dividido historicamente entre *pessoas* – a elite econômica e cultural – (...) e uma população pobre ou remediada.”

Em um lugar marcado pela desigualdade social, a possibilidade de decisão individual apresenta-se muito reduzida. Nesse contexto, a atividade individual que alguns podem exercer, representa, exatamente, a limitação social dos outros (ELIAS, 1987).

Desta forma, não é possível reproduzir na sociedade brasileira ou latino-americana como um todo, teorias científicas baseadas nas culturas norte-americanas ou européias, sem levar em consideração as diferenças históricas e culturais existentes nesses contextos. Análises macrossociológicas que têm por base realidades de países desenvolvidos podem nos ensinar bastante sobre a sociedade e os sujeitos, não é preciso descartá-las, pois elas devem sim ser estudadas, contanto que se reflita criticamente a respeito delas. Essas teorias apresentam limites em relação à realidade brasileira, que tanto difere da dos países desenvolvidos. Bizerril (2011) traz um questionamento voltado para a aplicabilidade das análises macrossociológicas, por vezes eurocentralizadas, nas nações periféricas, como o Brasil. O autor considera necessário reajustar e repensar análises desse tipo, tendo em vista que em nosso país características apontadas como típicas do mundo globalizado misturam-se com formas de vida comunitárias e religiosas tradicionais, predominantes principalmente nas classes populares, mas também, em algum nível, nas classes médias e altas. O autor afirma que “ao mesmo tempo em que as análises macro podem revelar tendências sistêmicas que tendem à hegemonia no contexto do capitalismo global, delas **escapam fenômenos igualmente significativos**, mas que ocorrem nas margens, fissuras, exceções e interstícios das cosmologias capitalistas” (BZERRIL, 2011, p. 90, grifo nosso). Seria importante, então, tratar as análises micro e macro como complementares e não como opostas e excludentes.

A desigualdade social é um fator marcante nas sociedades latino-americanas e este não pode ser desconsiderado quando pretende-se globalizar ideologias e formas de viver.

Com a tentativa de inserção da lógica do individualismo o altruísmo e a ajuda mútua foram perdendo espaço e valor, e as desigualdades sociais foram também individualizadas, sendo suas causas atribuídas a traços pessoais. Não há percepção do outro como um ser formado socialmente e produto, em algum nível, das condições históricas e sociais. Nesse sentido, quando muito, a classe burguesa acha que pode ajudar com dinheiro ou comida os mais pobres, mas não parece haver uma real preocupação nesse contexto com o sofrimento psíquico e social da outra classe. Não que a burguesia e o Estado não se importem com as desigualdades, mas estas são vistas como um problema unicamente de distribuição de renda.

Calligaris (1996, p. 25) afirma que na modernidade ocidental tendemos a pensar as contradições sociais como problemas quantitativos e de distribuição de bens. “Com certeza, não esquecemos os direitos e a cidadania, mas tendemos a pensar que eles seguirão as batatas. (...) Batatas para todos não garantem cidadania para todos.” Podemos observar, portanto, que

tende-se a pensar os problemas sociais em uma dimensão reduzida, voltada para a questão unicamente financeira e das necessidades básicas.

Não importa que as classes populares não possam exercer com dignidade sua cidadania, nem importa que eles vivenciem de maneira extremamente precária e prejudicial a ideologia individualista. Importa que a elite possa vivenciar a sua liberdade trazida pelo individualismo sem que os excluídos os atrapalhem ou prejudiquem sua segurança. Acredita-se evitar esse contato indesejado através da garantia de satisfação das necessidades básicas desses sujeitos.

Calligaris (1996) acredita que essa situação reflete o estado do individualismo nas classes burguesas e no Estado, substituindo valores ideais por valores concretos, não se pensa em promover uma atenção mais complexa em níveis primários de saúde ou de assistência social e psíquica, atentando para o direito ao exercício da cidadania, à dignidade e à conscientização desses direitos, pensa-se apenas em garantir a sobrevivência e a subsistência. Ser humanitário só parece uma idéia razoável quando isto se resume à subsistência.

O autor afirma ser necessário perceber que em qualquer cultura que difira do atual individualismo ocidental, ideais de ajuda mútua, comunidades como redes de apoio social e priorização da segurança trazida pela comunidade em detrimento da liberdade que o desligamento dessas comunidades possa ofertar, são valores e objetivos extremamente valorizados, algo que parece ter sido esquecido pela elite na sociedade atual.

## 2 A CLÍNICA PSICOLÓGICA

### 2.1 O social na formação do sujeito psicológico

A psicologia é, por vezes, vista como a ciência oposta à sociologia, devido a um pensamento de que a psicologia deve tratar a psique do indivíduo, que seu olhar deve ser voltado unicamente aos processos mentais do sujeito, à forma como ele pensa, sente e age. Porém, pode-se perceber que o indivíduo não pode ser pensado à parte do social, pois um constitui o outro de forma dialética.

Por vezes, na psicologia o contexto social acaba por ser visto como uma espécie de natureza que não pode ser questionada, como uma condição que está ali e não pode ser mudada ou mesmo passa-se a considerar contexto social apenas aspectos mais objetivos e concretos do meio. Enquanto o sujeito deve buscar objetivamente a solução de seus problemas de modo individual, dentro de si (BRAUNSTEIN; PASTERMAC; BENEDITO, 1979, apud MARTIN-BARÓ, 1996).

Para Elias (1987) é insuficiente considerar como objeto da psicologia o eu puro que se relaciona com a sociedade como se esta fosse algo externo a ele, e como objeto da sociologia a sociedade como algo que existe fora do indivíduo. Existe uma forte tendência, ao se dedicar a um desses campos, de que se exclua o outro, considerando sujeito e sociedade como duas instâncias completamente separadas ou, quando considera-se que se relacionam, como um relacionamento linear. Nesse sentido, na psicologia, por vezes, a sociedade é vista como algo externo ao sujeito, este como portador de uma subjetividade completamente individual e pura, se relacionando com a sociedade como algo do lado de fora. Não há, em geral, a consideração de uma relação dialética.

#### 2.1.1 *O social reduzido à relação intrafamiliar e interpessoal?*

A psicologia considera de alguma forma a dimensão social na formação do sujeito; analisa em suas diferentes abordagens clínicas e desenvolvimentistas a formação do sujeito através de processos que ocorrem no ambiente familiar e nas relações com as pessoas que o sujeito tem contato durante sua vida.

O problema é que quando se fala em social a partir das perspectivas discutidas aqui, não se está falando em considerar apenas uma relação micro com vistas apenas à relação familiar, também não se está falando apenas em considerar as interações da pessoa com as outras que a cercam.

Segundo Elias (1987, p. 35), “a pessoa individual não é um começo e suas relações com as outras não têm origens primeiras.” Por isso não é suficiente basear-se na história pessoal restrita de cada indivíduo para afirmar que está se considerando o social para pensar o sujeito. É preciso perceber uma dimensão histórica que vai além da história pessoal, individual de cada sujeito e uma dimensão social que vai além dos relacionamentos interpessoais e intrafamiliares de cada sujeito. A história da sociedade de forma mais ampla e complexa na qual o sujeito está inserido faz parte da formação da subjetividade desse sujeito, sendo que esta história não se restringe ao contexto micro e nem ao período de vida do sujeito, mas ainda antes deste nascer.

A questão do social é mais ampla, inclui também esses aspectos, mas não se trata de uma relação linear, onde as interações sociais diretas influem na formação subjetiva da pessoa, no seu aprendizado ou na sua personalidade. Trata-se de uma relação de dualidade que inclui um sistema mais complexo e o lugar que o sujeito ocupa nesse sistema complexo.

Guattari (1992, p.20), em relação à formação da subjetividade, defende as teorias de Foucault e Deleuze no sentido de atentar para uma parte não-humana da subjetividade. Ele afirma que existem processos de subjetivação que não estão localizados apenas na alma ou nas relações interpessoais e intrafamiliares. “A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘matemas do Inconsciente’, mas também nas grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, lingüísticas, que não podem ser qualificadas de humanas”.

Sendo assim, fatores sociais mais amplos têm grande importância na formação da subjetividade. É preciso, portanto, buscar uma psicologia que amplie seus horizontes na visão de sujeito e de formação subjetiva. Deve-se perceber que fatores psíquicos e estruturas psicológicas são importantes, mas têm suas origens em condições sociais e culturais que não se restringem às relações interpessoais ou ao círculo micro de contato do sujeito.

Figueiredo (1995b) cita como exemplo a psicanálise, que considera as diferenciações internas ao psiquismo instituídas por suas duas tópicas como diferenciações histórica e

sociologicamente constituídas. Porém, o autor questiona se esta diferenciação em instâncias tem sentido em todos os contextos ou se foi uma resposta a uma condição histórica específica de uma determinada época e condizente com um determinado plano de idéias e de práticas sociais. A partir desta reflexão seria possível passar a olhar de uma forma mais crítica para construções teóricas antigas e baseadas em um contexto específico, tendo em vista que as condições históricas e sociais influenciam diretamente no processo de construção das teorias psicológicas. É preciso conservar o que há de importante nas teorias, mas sem deixar de atender para as mudanças que ocorreram nos modos de subjetivação dos sujeitos ao longo dos anos, além das mudanças relacionadas aos contextos dos quais estamos falando.

Guattari (1992) afirma ainda que os complexos de Édipo e de castração descobertos por Freud foram e continuam sendo geniais, no entanto, estão na base da subjetividade capitalística e deveriam atualmente ser reenquadrados em outros eixos de referência.

Cada indivíduo e cada grupo têm seu próprio sistema de subjetivação que envolve aspectos cognitivos, afetivos, culturais, dentre outros. Esses aspectos vão orientar o posicionamento do sujeito em relação aos seus sentimentos e suas formas de enfrentamento diante de suas inibições e pulsões.

Na clínica psicológica podemos atentar para o fenômeno da transferência que seria uma possibilidade de interação com o mundo externo, no entanto, segundo Jackson e Haley (1980), a definição padrão dessa técnica acaba por não incluir o campo social mais amplo. Os autores, entretanto afirmam que com a consideração do papel ativo do analista esse padrão pode mudar.

Pode-se observar, portanto, que muito ainda se tem para refletir e transformar na prática clínica psicológica em relação ao lugar dado ao social na formação do sujeito e na prática psicoterápica.

### *2.1.2 Importância de atentar para as mudanças históricas*

Sibilia (2008, p. 8) afirma que na contemporaneidade “(...) são outros os desvarios que nos assombram. Outras são as nossas dores porque outras também são as nossas delícias, outras as pressões que cotidianamente se descarregam sobre nossos corpos e outras as potências (e impotências) que cultivamos.” A partir desse trecho pode-se pensar que as

transformações históricas ocorridas na sociedade influenciam diretamente nos desejos e medos do sujeito, alterando, portanto, os modos de subjetivação destes.

Deixar de considerar um fator social amplo e histórico influenciando nos modos de subjetivação de cada época para se formar teorias a respeito do indivíduo pode acarretar em uma inadequação dessas teorias à realidade da sociedade atual.

Quando uma teoria do sujeito naturaliza uma forma de subjetivação que foi construída socialmente em um determinado período histórico, tanto perde a noção da importância do aspecto social e histórico, como passa a não fazer mais sentido em diversos contextos.

Neste caso, tende-se a considerar desviante e patológico tudo que difere de uma estrutura construída em uma época específica já que teoria deixa de dialogar com as transformações sociais e formula uma noção atemporal de sujeito.

Tendo em vista essa relação, Guattari (1992) questiona se o mercado da psicanálise oferece conceitos de inconsciente coerentes com as condições atuais de produção de subjetividade ou se seria necessário transformá-los ou adequá-los às novas formas de subjetivação, tendo por base as especificidades culturais de cada grupo.

Segundo o autor, a modelização freudiana contribuiu fortemente e positivamente para a produção de subjetividade e para a ampliação dos referenciais desta produção, no entanto, parece ter encontrado seus limites devido as suas concepções familiaristas e universalizantes. Tem-se que a prática estereotipada da interpretação lingüística e do sonho da psicanálise tem sentido em um determinado contexto. Desta forma, ressalta-se a metáfora de Guattari (1992, p. 92-3):

Assim como após a revolução da Ars Nova na Itália do século XIV, não se entenderá mais a música do mesmo modo no meio cultural europeu, o sonho e a atividade onírica mudarão intrinsecamente de natureza no seio de seu novo Agenciamento referencial. E, paralelamente, uma infinidade de ritornos psicopatológicos não serão mais vividos, e conseqüentemente modelizados, da mesma maneira. O doente obsessivo que lava as mãos cem vezes por dia exacerba sua angústia solitária em um contexto de Universo de referência profundamente modificado.

Guattari (1992) utiliza uma metáfora musical para tratar da questão da psicologia. Da mesma forma que a partir de transformações históricas a música adquire novos sentidos e significados em um determinado meio, também os aspectos psicológicos (sonhos, psicopatologias, comportamentos e subjetivações) passam a ter novos sentidos a partir das

mudanças históricas e de contexto. O autor acredita que o inconsciente que é tido muitas vezes na prática psicanalítica está preso a uma sociedade antiga, às suas tradições falocráticas e invariantes subjetivas. Dessa forma, tradições, costumes, dentre outros aspectos culturais, históricos e sociais específicos daquela sociedade na qual a psicanálise foi pensada, em sua maioria, não estão presentes na sociedade atual, principalmente no contexto brasileiro. Sendo assim, os modos de subjetivação também não serão mais os mesmos, se considerarmos que esses aspectos influenciam na formação subjetiva do indivíduo.

Costa e Moreira (2010) atentam para o fato da concepção Freudiana basear-se em uma sociedade na qual a sexualidade era altamente reprimida, o que faz necessário repensar a abordagem e a prática atual.

Na realidade, qualquer teoria é feita com base em um dado momento histórico que está sendo vivido e influenciando nos modos de subjetivação dos sujeitos daquela determinada sociedade. Não considerar essa dimensão como uma construção histórica no momento da criação da teoria ou ainda depois de muitos anos e muitas novas transformações históricas não levar em consideração essas especificidades acaba prejudicando a atuação prática e a eficiência de suas técnicas.

Verdades universais são sempre questões problemáticas que devem ser revisadas e deve-se refletir criticamente a respeito delas. A não consideração de contextos sociais, históricos e culturais específicos como elementos que constituem os modos de subjetivação de uma determinada sociedade pode levar a produção de supostas verdades universais que com o passar do tempo e com a mudança de contexto tornam-se inaplicáveis. No caso da psicologia, a prática e a eficácia ficam comprometidas, ou o sujeito não se vê implicado na clínica, como aponta Bernstein (1980) afirmando que a relação terapêutica com sua linguagem e expectativas sobre o paciente é uma relação um tanto incomum para alguns contextos, ou o terapeuta acaba por psicologizar funções que são sociais.

### *2.1.3 A clínica e o social: necessidade de interligar os olhares*

Deleule (1972, apud MARTIN-BARÓ, 1996), a respeito do papel da psicologia na sociedade, sugere que esta se propõe a mudar os indivíduos, mas não se empenha em promover mudanças na sociedade. Segundo os autores, na melhor das hipóteses, pode-se

pensar que a psicologia espera que mudando os indivíduos, mude a sociedade como um todo, como se esta se restringisse a uma somatória de indivíduos.

Essa forma de pensar corrobora o que afirma Elias (1987, p. 67), que tentamos explicar o indivíduo e a sociedade a partir de características tidas como naturais dos próprios indivíduos, segundo ele, tenta-se explicar todos os fenômenos sociais (sistemas políticos, organizações familiares, etc.) “como uma espécie de mosaico resultante dos atos e das funções psíquicas de cada pessoa.” Para o autor, tentar compreender os indivíduos isolados ou os indivíduos sem sociedade é tão limitador como tentar compreender a sociedade sem indivíduos.

Elias (1987, p. 15) faz ainda uma crítica às áreas separadas da psicologia, afirmando que “muitas vezes, é como se as psicologias do indivíduo e da sociedade parecessem duas disciplinas completamente distinguíveis.” O fato é que nas graduações de psicologia é comum tratar as áreas clínica e social como completamente diferentes e, inclusive, opostas. Porém, na realidade, não podemos pensar numa psicologia que exclua o fator individual assim como o social. Afinal, uma sociedade sem indivíduos não é uma sociedade e vários indivíduos juntos formam mais do que um grupo de indivíduos isolados. Também não é possível quantificar uma valoração maior ou menor para algum destes (sociedade e indivíduo).

Birman (2000), mais atualmente, ainda afirma que a ênfase de Freud na impossibilidade de separação entre a psicologia individual e a psicologia coletiva parece ter sido esquecida por boa parte da comunidade psicanalítica.

Dentro da própria psicanálise é possível verificar como as divergências não se unem para promover uma compreensão mais complexa da realidade. González Rey (2005) afirma que na psicologia não há disposições para o trabalho em equipe e que no caso das vertentes psicanalíticas que sucederam Freud, no lugar de discutirem entre si em prol de um desenvolvimento em comum, já que tinham a mesma base, dividiram-se de forma sacralizada e categórica.

Até algumas propostas de relacionar a psicanálise com as ciências sociais parecem partir de pressupostos errôneos e acabam por prosseguir em uma visão universalista. Figueira (1981) afirma que o próprio Freud demonstrou que o inconsciente é um habitante do mundo, mas não pode ser encontrado em todo e qualquer lugar do mundo. E se ele não pode nem ser

generalizado como pertencente a qualquer ser humano intrinsecamente, muito menos podemos pensá-lo com padrões de funcionamento universais.

No entanto, o autor afirma que a prática psicanalítica acaba tendo, algumas vezes, como uma de suas operações a privatização, saindo da temática social e situando a problemática privada, pessoal, do inconsciente. Nesse sentido, o autor cita Castel (1978, apud FIGUEIRA, 1981), que afirma que a privatização realizada pela psicanálise acompanha uma concepção intimista da subjetividade, deixando de lado organizações a partir da existência pública. Figueira (1981) ainda acrescenta, afirmando que a prática psicanalítica torna-se, por vezes, um mecanismo de apolitização.

A divisão das áreas foi uma tendência comum às diversas áreas da ciência, no entanto, na atualidade está se tornando cada vez mais necessário integrar novamente essas áreas em prol de um desenvolvimento mais amplo e uma compreensão mais complexa da sociedade e do ser humano. Segato (2003) defende esta necessidade, afirmando que as novas idéias surgem a partir justamente da transgressão das fronteiras disciplinares e científicas. A autora critica o conservadorismo e a rejeição aos estudos pós-modernos mais amplos presentes em algumas áreas de conhecimento, como a antropologia e a psicanálise.

## **2.2 A emergência da psicologia na sociedade individualizada e o indivíduo da clínica psicológica**

A clínica psicológica ganhou espaço no mercado de trabalho, justamente, no contexto da ascensão da ideologia individualista. O individualismo está presente em diversos aspectos da psicologia: nas teorias, na prática e na graduação.

Figueiredo (1999a) afirma que o saber e a intervenção psicológicos tiveram suas origens em vivências de ruptura que foram reformas que implicavam em uma subjetividade individualizada. Segundo o autor, essa forma de subjetividade embasou a psicologia e seu projeto como ciência.

De forma semelhante, Leite e Dimenstein (2002), afirmam que a produção de uma entidade individualizada marcou as vertentes teóricas da psicologia, que assimilaram uma concepção de sujeito psicológico universalizado e particularizado.

### 2.2.1 Sobre a função que a psicologia vem desempenhar na sociedade individualista

Durante o século XX a psicologia teve seu apogeu. Rose (2008) afirma que a psicologia veio à tona nos diversos setores da sociedade, transformando as idéias de identidade, *self*, autonomia e realização pessoal em termos psicológicos. O autor afirma que as pessoas foram levadas a se verem habitadas por um espaço interno psicológico profundo.

É neste contexto que se vê surgir uma cultura voltada para o psicológico. Birman (2000) firma que o ápice da psicanálise no Brasil se deu nos anos 70 e 80 a partir da função desempenhada pela psicanálise de regular as subjetividades desreguladas e redesenhar as subjetividades no mundo modernizado.

Rose (2008) sugere como consequência deste processo uma psicologização dos próprios discursos descritivos pessoais, apresentados agora através de uma linguagem que remete a inteligência, ansiedade, neurose, trauma, entre outros.

Podemos observar, portanto, que conseqüente ao processo de individualização, inclui-se o processo de psicologização, inclusive, de aspectos sociais, que são agora, segundo Rose (2008), apontados em termos psicológicos.

Martín-Baró (2006) afirma que na psicologia tende-se a considerar que a realidade seja não mais que um dado. Este pressuposto provoca a ideologização da realidade e concebe como naturalizada a ordem existente. Acabamos trabalhando o sujeito sem olhar de forma crítica à realidade, sem considerarmos a dimensão construída dessa realidade, a tomamos como um dado no sentido de verdade absoluta, desconsiderando modalizações alternativas de realidade, que difiram da norma burguesa. A consequência disso é a atribuição de explicações individuais/internas a fenômenos multideterminados.

O mesmo ocorre com a percepção da ideologia individualista presente na sociedade moderna no momento da inserção da psicologia. Houve uma naturalização desta realidade como se fosse um dado, e não algo construído.

Martín-Baró (2006, p. 9) confirma este processo de naturalização, afirmando que a psicologia dominante tem como pressuposto o individualismo e como objeto principal de estudo “*el individuo como entidad de sentido en sí misma.*”

O autor afirma que o problema relacionado a este pressuposto é que a psicologia acaba por considerar de ordem individual o que tem raízes dialéticas nas relações interpessoais. A consequência disto é o reforço e reprodução das estruturas existentes, reduzindo problemas de ordem social a problemas pessoais.

Figueiredo e Santi (1997) afirmam que, para que uma ciência psicológica surja, é preciso que duas condições existam: a experiência da subjetividade privatizada e a crise desta experiência. Essa crise se dá com a percepção de que a proposta de liberdade trazida pelo ideário individualista possa não se concretizar da forma como era esperado, trazendo consigo sensações de insegurança e incertezas. Com a crise da subjetividade privatizada através da percepção desta como ilusória e com a movimentação de trabalhadores pelos interesses comuns, o Estado necessita apelar para práticas de previsão e controle para lidar melhor com os sujeitos individuais, padronizá-los e normatizá-los, garantindo a aderência ao modelo individualista e consumista.

É nesta crise relacionada às consequências trazidas pelo individualismo e à percepção de que a liberdade e a singularidade são relativas que a psicologia aplicada ganha espaço como mecanismo de controle e previsão (FIGUEIREDO; SANTI, 1997).

De acordo com Rose (2008), esta função de criação de mentes calculáveis e indivíduos administráveis tem relação também com o posicionamento da psicologia enquanto campo prático, que colocou-se mais nos moldes de uma ciência positiva do que de uma subcategoria da filosofia. Segundo Figueiredo e Santi (1997), a ciência estava envolvida com o compromisso de controle que, no âmbito da psicologia, visava à regulação da subjetividade. Rose (2008), complementando, sugere que esta regulação não segue uma norma orgânica ou natural, mas uma norma determinada pelas exigências das instituições. A norma tida como natural é, na realidade, uma norma social.

Dessa forma, a psicologia comprometia-se em um trabalho de moldar e transformar indivíduos a partir de uma ética do individualismo requerida pelas instituições sociais.

Birman (2000, p. 86) afirma, em relação à psicanálise, que esta fugiu das pretensões teóricas iniciais de Freud de ser trágica e crítica, tornando-se, na prática, homogeneizadora das individualidades. O autor explica que as práticas psicanalíticas pós-freudianas voltaram-se para a exaltação da individualidade, ao invés de empenharem-se no registro do desejo. Dessa forma, a prática psicanalítica parece ter contribuído para a constituição da cultura do

narcisismo, tendo em vista que “já nos anos iniciais do pós-freudismo, a psicanálise já silenciara as potencialidades desconstrutivas do desejo para cultuar, em contrapartida, as virtudes do eu e do narcisismo”, sendo assim, a psicanálise, para o autor, perdeu suas dimensões ética e política.

Afirma o autor, portanto, que a teoria de Freud propunha uma crítica ao pensamento individualista, sugerindo uma prática voltada ao descentramento do sujeito dos campos do eu e à ênfase no outro. Esta proposta foi, no entanto, substituída por uma prática voltada para o culto do eu, retomando o pensamento individualista.

Schneider (1977, p. 129) também aponta para uma desvirtuação da proposta psicanalítica inicial. O autor afirma que a psicanálise acabou tornando-se uma “terapia de ajuste”, pois, apesar de tentar ficar do lado do sujeito, acaba por buscar seu enquadramento em um padrão de saúde, a partir do qual seja capaz de trabalhar e ter uma vida sexual sadia. Os objetivos, atualmente, podem ter se transformado para atender às novas necessidades, no entanto, a essência do objetivo freudiano não parece ter sido totalmente retomado.

Figueiredo (1999b, p. 22) afirma que com a difusão social dos conhecimentos psicanalíticos houve uma espécie de banalização que silenciou justamente o caráter crítico e provocador de resistências da psicanálise. Sendo assim, ela acabou por tornar-se uma prática reforçadora das condições de vida e das repercussões subjetivas modernas, fugindo do que se propôs a ser: “um instrumento de transformação radical das subjetividades.”

Ocorre que a psicanálise se inseriu no mercado de trabalho no contexto individualista que prezava pelo indivíduo interiorizado, do auto-controle, e sua prática veio suprir essa demanda. Na nova configuração da sociedade a valorização é de um indivíduo exteriorizado. Algumas psicoterapias atuais até aparecem, segundo Birman (2000), com a promessa de tornar o indivíduo exteriorizado, como pede a sociedade atual do consumo.

A psicanálise não pode fechar os olhos para as transformações nas configurações de indivíduos, pois essas alteram os modos de subjetivação. Mas também não pode tornar-se mais uma psicoterapia da exaltação do eu e da exteriorização. Deve refletir criticamente a respeito do indivíduo atual e buscar formas de intervenção condizentes com os modos de subjetivação específicos de cada sujeito em seu contexto.

### 2.2.2 A noção de sujeito e de subjetividade adotadas pela psicologia no contexto individualista

O contexto individualista em que a psicologia ganhou espaço influenciou tanto a função que a psicologia veio desempenhar na sociedade, como a própria noção de indivíduo adotada pela psicologia. Os interesses na psicologia eram, por vezes, voltados para que ela tivesse uma função de controle social, ela deveria manter os sujeitos dentro das normas, evitando e tratando os desvios, tidos como patológicos. A psicologia viria para moldar os indivíduos de acordo com as normas culturais.

Com a nova tendência, o indivíduo autônomo e independente de qualquer condição cultural prevalece em relação à noção de pessoa das sociedades holistas, nas quais a identidade de um sujeito é construída a partir da posição ocupada em um determinado contexto social. Essa concepção de indivíduo colaborou para a construção de um tipo específico de teoria da subjetividade dentro das sociedades modernas (DIMENSTEIN, 2000).

Moreira e Sloan (2002), sobre as conseqüências desse histórico da emergência da psicologia no contexto individualista, afirmam que este contribuiu para a formação dentro da psicologia de uma noção de indivíduo autônomo, auto-contido e desconectado do contexto histórico e social.

A concepção de indivíduo que surge dentro da psicologia com o advento da modernidade é a de um “sujeito psicológico” (DIMENSTEIN, 2000, p. 97). Esse sujeito psicológico é visto como constituído por uma subjetividade individualizada e única. A construção dessa subjetividade é tida como mediada unicamente pela história pessoal do indivíduo, anulando qualquer influência mais ampla e universal relacionada ao contexto social em que o sujeito está inserido.

Outra forma de indivíduo da psicologia é dada por Lipovetsky (1983, p. 51-2), quando este afirma que: “Canalizando as paixões no sentido do Eu, promovido assim à categoria de umbigo do mundo, a terapia *psi*, ainda que colorida de corporeidade e de filosofia oriental gera uma figura inédita de Narciso, identificando-se doravante este com o *Homo psicologicus*.”

Ao referir-se a promoção do Eu a umbigo do mundo, Lipovetsky (1983) refere-se justamente à tendência individualista de supervalorizar o individual, o eu interior, em detrimento do social. Moreira e Sloan (2002) afirmam que na era *psi* o que prevalece é a lógica individualista hedonista, caracterizada pelo enfoque no potencial humano psíquico.

Considera-se na psicologia em certa medida uma idéia de processos psíquicos um tanto estagnados e seguindo uma linearidade universal. Elias (1987) comenta a respeito das funções psíquicas (razão, mente, sentimento, consciência, instinto, etc.), que estas são tidas muitas vezes como substâncias em repouso, como se fossem órgãos do corpo, ao invés de serem consideradas, de fato, funções em movimento constante. Esquece-se também que as funções psíquicas tal como as conhecemos só se desenvolvem em indivíduos que vivem em sociedade, em grupos. É um processo sócio-histórico, não um mecanismo natural.

Nesse sentido, Schneider (1977) acusa a psicanálise de adotar a estrutura instintiva modificada e adaptada pelo capitalismo como se fosse uma herança instintiva natural e intrínseca ao indivíduo como tal. Essa acusação refere-se, justamente, à naturalização de um modelo de funcionamento burguês e imperial. O autor acredita que os saberes da psicanálise derivam de um momento histórico específico e que, por vezes, a psicanálise não atenta para isso e acaba lidando apenas com o indivíduo burguês da época de Freud, tendo em vista que sua clientela era composta por “vienenses das classes alta e média” (p. 99). É imprescindível que leve-se em consideração as grandes diferenças entre os indivíduos burgueses de Viena e os indivíduos da realidade brasileira, uma realidade marcada pelas desigualdades sociais.

Apesar de atualmente existirem esforços para a mudança dessa concepção, a crítica de Schneider (1977) ainda deve ser levada em consideração, tendo em vista que a prática clínica psicanalítica continua, muitas vezes, voltada a uma clientela privilegiada.

O autor faz ainda uma colocação a respeito da sexualidade abordada por Freud, afirmando que esta passou, com o advento do capitalismo, a não ser mais tão repreendida como na época de Freud.

A sexualidade da qual fala Freud tem, é claro, seus aspectos biológicos que são até certo ponto imutáveis. No entanto, não se pode deixar de atentar para o fator social incluso na percepção e vivência da sexualidade. Na época em que Freud nos fala a sexualidade era vivenciada de uma maneira diferente da atual, muito mais permeada pelo tabu e pela repressão. Na sociedade atual muitas mudanças ocorreram no que diz respeito à vivência da

sexualidade pelos indivíduos, esta encontra-se menos reprimida e até supervalorizada como expressão e exteriorização.<sup>4</sup>

Essas transformações nas formas de vivenciar a sexualidade não podem ser deixadas de lado quando analisamos um sujeito, nem podem ser tratadas unicamente como um desvio, até por serem parte da normalidade social na sociedade contemporânea.

Reflexos do individualismo podem ser vistos com clareza na prática psicanalítica. Figueira (1981, p. 159) afirma que “a psicanálise é filha do universo individualista” e, apesar de não podermos reduzi-la aos parâmetros do ideário individualista, na prática é possível perceber diversos reflexos dessa concepção. O autor afirma que termos como independência, autonomia, liberdade, igualdade e não-determinação social estão presentes nos discursos tanto dos analistas como dos próprios pacientes e são legitimados por interpretações individualistas.

### *2.2.3 A psicologização da vida cotidiana*

Segundo Dimenstein (2000), a inserção na sociedade dos saberes e práticas psicológicas e da psicanálise, em especial, colaboraram para a disseminação ainda maior da ideologia individualista e do sujeito psicológico naturalizado. Porém, a autora afirma que só foi possível construir essa concepção pelo fato desta ter emergido em um contexto histórico no qual vigorava o ideário individualista.

O processo de inserção da psicologia e da psicanálise na sociedade se deu justamente pela necessidade de orientação da pessoa, devido às problemáticas trazidas pela modernização acelerada e pelo próprio ideário de sujeito autocentrado. Outros aspectos que colaboraram para esta psicologização do sujeito e da vida como um todo foram: (a) a importância dada à privatização da família e à responsabilidade individual de cada sujeito e (b) a ênfase na importância da busca do sujeito por ascender socialmente, conhecer sua essência e se libertar das repressões sociais (DIMENSTEIN, 2000).

Figueiredo e Santi (1997, p. 87) afirmam que existe uma incorporação da psicologia na vida cotidiana das camadas burguesas da população e que, geralmente, esta incorporação reproduz uma visão subjetivista e individualista. Mantém-se a ilusão de liberdade e singularidade de cada pessoa, ao invés de desmistificar essa ilusão. A chamada pelos autores,

---

<sup>4</sup> Transformações ainda mais intensas do que nos falava Schneider em 1977.

“psicologização da vida cotidiana” contribui para uma visão pouco crítica de mundo e de pessoa.

Na sociedade moderna o sujeito tem o dever de se autocentrar. Essa busca pela própria essência e pela libertação das amarras sociais, unida a responsabilização do sujeito pelo seu próprio crescimento ou ascensão social, demonstram que o sujeito deve voltar-se para dentro de si e deixar de lado o “mundo lá fora”.

As práticas psicológicas e, principalmente, as práticas da psicologia clínica, por se basearem em teorias construídas nesse contexto, reproduzem o ideal individualista do sujeito psicológico. O problema encontrado nesta prática é que os psicólogos acabam, por vezes, representando em seus consultórios este modelo específico de subjetividade como se fosse o único possível (DIMENSTEIN, 2000).

Esta realidade mostra que falta à psicologia clínica tradicional uma visão mais abrangente da realidade e uma investigação voltada para um campo mais ampliado. Segundo Elias (1987), quando se modificam as estruturas sociais, modificam-se também os desejos, as estruturas instintivas, as formas de pensar e as concepções a respeito da individualidade.

Francisco (2003) afirma que se percebermos que a subjetividade individual resulta de diversos fatores sociais, perceberemos também que os sofrimentos psíquicos são historicamente datados e revelam estratégias para dar conta de modos de subjetivação contemporâneos.

Sendo assim, não podemos oferecer uma forma única e universal de funcionamento psíquico, na qual diferem apenas os conteúdos inconscientes, mas a estrutura é comum a todas as pessoas de todos os lugares.

O modelo tradicional de subjetividade predominante na psicologia não é contextualizado como deveria ser e é tido como universal na medida em que é visto como a única forma existente de se conceber a subjetividade. Pode-se dizer que a psicologia de forma geral pressupõe o individualismo como inerente ao sujeito, como algo naturalizado, sendo que seu papel deveria, ou ao menos, poderia ser outro.

A psicologia deveria exercer um papel reflexivo a respeito do ideário individualista naturalizado na sociedade moderna, deveria promover uma visão crítica em relação a essa naturalização, atentando para a construção dessa concepção. Porém, a prática da psicologia de

forma geral se dá, por vezes, oposta a essa reflexão crítica, mostrando-se uma prática que corrobora o ideário individualista e o reproduz. Nesse aspecto, pode-se dizer que a prática psicológica mostra-se, por vezes, descontextualizada, pois não reflete criticamente sobre a construção do individualismo e mais, o tem como natural e expressa isso em suas teorias e técnicas profissionais.

O fato é que a psicologia teve sua inserção na sociedade marcada por aspectos muito mais relacionados ao controle social e à reprodução das relações de poder do que pela busca da transformação de formas de pensar e ideologias dominantes. No lugar de comprometer-se com a transformação social, a psicologia mostrou-se voltada para uma prática alienada.

Dimenstein (2000) comenta o que disse Caniato (1988, p. 103) a respeito da “amnésia social” dos psicólogos afirmando que esta os leva “a muitas distorções teóricas, práticas descontextualizadas e uma psicologização dos problemas sociais, que os impedem de perceber o caráter histórico dos fenômenos sociais e suas implicações político-ideológicas.”

A psicologização dos problemas sociais se tornou uma característica da ideologia individualista. Há uma tendência a internalizar as causas dos problemas e culpabilizar as pessoas individualmente pelos seus problemas e até pelos problemas da sociedade e de grupos sociais.

A partir dessa perspectiva, os fenômenos sociais são de responsabilidade dos indivíduos e os problemas destes fenômenos, portanto, são culpa de patologias individuais. Dessa forma, a psicologia apresenta-se como a ciência capaz de identificar essas psicopatologias e tratá-las, de forma a tornar o sujeito disciplinado e seguidor das normas sociais.

Rose (1998, apud MOREIRA; SLOAN 2002, p. 21), afirma, neste sentido, que “a ciência psicológica funciona como uma tecnologia individualizante disciplinando diferenças, caracterizando identidades, materializando a mente e governando a subjetividade.”

A psicologia, portanto, reproduz relações de poder e estigmas ao prometer a disciplinarização das diferenças e a categorização de identidades.

Moreira e Sloan (2002) propõem três categorias em que pode-se encontrar as características do individualismo dentro da psicologia: (a) individualismo teórico, (b) individualismo metodológico e (c) individualismo na prática.

Segundo os autores, a psicologia elabora suas teorias a partir de uma pré-concepção de estruturas e processos individuais, levando em consideração apenas o ambiente social imediato, como a família. Nos modelos de investigação, o foco dos estudos psicológicos está nas características individuais, como percepções e atitudes.

Algumas atitudes têm sido tomadas em relação aos modelos investigativos e à formulação de teorias. Porém, a maioria das práticas psicológicas visa à mudança individual dos sujeitos, tendo em vista que este sujeito é tido como o possuidor do problema. A psicoterapia como tratamento individual é a prática mais difundida da psicologia. As tentativas de tratamento grupal acabam, por vezes, também reproduzindo o individualismo por objetivar mudanças individuais.

As próprias técnicas utilizadas pela clínica psicológica a fim de reforçar aspectos como auto-estima, autonomia e saúde mental individual são apontadas por Moreira e Sloan (2002) como reforçadoras do individualismo.

Bauman (2007, p. 28) aponta para o individualismo como uma tarefa e afirma que para os indivíduos que:

Buscam desesperadamente sua individualidade, não há escassez de auxílios, registrados ou autoproclamados, que (pelo preço certo, é claro) se mostrarão totalmente dispostos a nos guiar pelos calabouços sombrios de nossas almas, onde os nossos autênticos “eus” permanecem supostamente aprisionados, lutando para escapar em busca de luz.

Quando a prática psicológica é realizada de forma descontextualizada e sem uma reflexão crítica acerca do individualismo como construto histórico e social, parece apresentar-se como um destes auxílios registrados em prol da busca profunda por um eu puro.

Moreira e Sloan (2002) afirmam ainda que esta forma de se fazer psicologia é revigorada pela ideologia individualista dominante na sociedade. Segundo eles, inclusive, os indivíduos são instruídos a buscar ajuda individualmente, o que comprova que a clientela demanda intervenções como as que se tem atualmente.

Pode-se concluir, a partir de então, que ocorre uma espécie de ciclo, ou círculo vicioso, do individualismo, entre a sociedade e a clínica psicológica. A clínica surge em um contexto individualista e suas práticas refletem e promovem esse contexto. A sociedade, por sua vez, demanda da clínica psicológica um atendimento individualista, já que na ideologia

moderna individualista o sujeito deve ser individual, portanto, sua busca pelo autoconhecimento, seus tratamentos e suas mudanças também devem ser individuais.

Como consequência do individualismo embasando teorias e práticas psicológicas tem-se uma visão limitada a respeito dos aspectos sociais que envolvem os processos subjetivos. Sloan (2001, apud MOREIRA; SLOAN, 2002), afirma que o individualismo impede a análise dos processos socioculturais como interligados e compositores da experiência subjetiva e, inclusive, das desordens psicológicas.

É claro que atualmente existem discussões dentro da psicologia que buscam uma reflexão mais crítica a respeito do sujeito e dos fenômenos sociais, porém, são as vertentes tradicionais e individualistas da psicologia que são, na maioria das vezes, dominantes inclusive nos cursos de graduação.

Segundo Dimenstein (2000), a maioria dos alunos de graduação de psicologia tem como ideal atuar em clínica tradicional individual e ter como cliente sujeitos da classe média. Essa é, segundo a autora, a imagem mais valorizada tanto pelos profissionais de psicologia de forma geral como pelo público leigo.

De acordo com Portela (2008), nas teorias da subjetividade tradicionais na psicologia tende-se a priorizar a subjetividade em detrimento das dimensões históricas, sociais e, inclusive, biológicas, através de teorias individualistas, sugestivas e adaptativas. Segundo o autor, a psicologia nesta posição exalta a subjetividade e considera todas as outras dimensões epifenômenos. Ou seja, o social é visto apenas como um fenômeno provocado por outro maior e mais importante, o subjetivo.

Portela (2008) ainda ressalta uma grande inversão de relações extremamente presente na clínica psicológica: a inversão entre teoria e prática. Enquanto o fenômeno deveria ter vida própria para então chegar-se na teoria, o que ocorre na realidade é uma tentativa de encaixar os fenômenos na teoria para que esta não se perca. Esta tendência pode ser explicada pela teoria de Dupuy (1996, apud PORTELA, 2008), sobre o apego das ciências por fixar-se e basear-se em modelos, inclusive quando há evidências de inadequação destes modelos para a compreensão da realidade corrente.

#### *2.2.4 Conseqüências desse modelo e comprometimento da prática psicológica*

A supervalorização dos aspectos intrasubjetivos e a desvalorização dos aspectos sociais e históricos fazem a psicologia acabar por reforçar o paradigma dominante da modernidade: o individualismo.

Figueiredo (1995b) afirma que as clínicas psicológicas tradicionais em suas diversas plataformas costumam ter algo em comum: a crença na possibilidade de reconstituir a subjetividade do paciente. Este processo pode dar-se através da construção de uma capacidade de estabelecer projetos de vida; tentando tornar o paciente administrador de si mesmo; entre outras formas.

Novamente as práticas apresentam-se voltadas para o reforço do individualismo e da forma individual de procurar resolver os problemas. Dimenstein (2000) afirma que os psicólogos por vezes aderem aos valores individualistas em suas práticas, prevalecendo a atenção à intimidade e à privacidade do indivíduo. De modo análogo, Birman (2000) acredita que a prática psicanalítica colabora para a exaltação do narcisismo do sujeito ao oferecer a ele uma promessa de satisfação do desejo.

Pode-se observar, portanto, que por vezes a psicologia reafirma o individualismo e o reforça em suas práticas que provocam a alienação do sujeito no que diz respeito à alteridade e à relação com o mundo.

Crochik (1998) afirma que uma ideologia pode deixar lacunas e contradições nas suas explicações do mundo, através dessas lacunas pode-se refletir e buscar a superação. Porém, muitas vezes, quando a busca da ideologia por coincidir com a realidade não é alcançada totalmente, há uma tendência a se negar essa incompatibilidade.

A psicologia em sua prática clínica por vezes segue o caminho de negação apontado por Crochik (1998). A psicologia quando descontextualizada e presa à teoria, segundo o autor, poderá, ao encontrar lacunas em suas teorias a respeito do sofrimento do sujeito, negar qualquer sinal de mal-estar. Para isto dois caminhos costumam ser percorridos: ou (a) culpabiliza-se o sujeito pelo sofrimento, apontando-o como inadequado e oferecendo-lhe o tratamento como única forma de mudança ou (b) passa a considerar-se o sofrimento como algo inerente ao ser humano, sobrando a este apenas a possibilidade de aprender a viver com ele.

A prática psicológica clínica descontextualizada pode, portanto, ter sua eficácia comprometida. Rose (2008, p.163) questiona se no século atual ainda tem sentido o *self* profundo inventado pela psicologia durante o século XX, caracterizado como: “O interior profundo que habita cada um de nós, o depósito da história de nossas vidas, o assento dos nossos desejos, o local de nossos prazeres e frustrações, o alvo do conhecimento, invenção, administração e terapia, a base de nossa ética.”

O autor sugere que este espaço profundo criado pela psicologia está se achatando, tendo em vista as novas formas de subjetivação trazidas pela sociedade contemporânea, na qual o indivíduo interiorizado não é mais valorizado. Além desse fator, tem-se também que a idéia de um *self* profundo apresenta-se de forma descontextualizada, sendo algo a parte do mundo, interno e individual ao sujeito.

Birman (2000, p. 21), fazendo um estudo detalhado da relação entre a psicanálise e a atualidade, afirma que a prevalência de concepções doutrinárias encontradas na prática psicanalítica torna-se um obstáculo para a escuta das novas formas de subjetividade. Para o autor, “grande parte do mal-estar na atualidade ficaria fora da modalidade psicanalítica de escuta.”

O autor fala de uma crise da psicanálise nos anos 90, onde ocorre uma diminuição considerável da demanda por clínica psicanalítica. As pessoas passam a buscar outros tipos de tratamentos e terapias, cresce, então, o mercado das terapias breves e dos psicofármacos.

Essas novas técnicas visam uma espécie de cura imediata de qualquer possibilidade de interiorização do sujeito, fazendo com que estes se tornem rapidamente aptos a viver como indivíduos exteriorizados e autocentrados no eu. Vivemos, segundo Birman (2000, p. 248) uma “cultura do evitamento da dor.”

Contudo, não se pode estar seguro de que métodos que visem apenas o alívio de sintomas ou uma mudança comportamental sejam, de fato, eficientes.

Retornando à análise do autor sobre o indivíduo fora-de-si e dentro-de-si abordada no primeiro capítulo, pode-se perceber que os tratamentos de saúde mental comprometiam-se em trazer o sujeito de volta para dentro-de-si, resgatar o sujeito da exterioridade, quando este fosse diagnosticado como fora-de-si.

No entanto, o que ocorre na atualidade é uma inversão destas relações. O sujeito fora-de-si passa a ser valorizado, enquanto o sujeito dentro-de-si, marcado pela interioridade, passa a ser indesejado. Busca-se, inclusive, a transformação desse sujeito através de psicofármacos, tóxicos ou outros mecanismos que o resgatem da interioridade e o convertam em um indivíduo exteriorizado. Birman (2005) afirma, inclusive, que a prática psicanalítica conformada e acrítica permitiu essa medicalização dos sintomas sociais ao incorporar uma perspectiva normativa desprovida de dimensões ética e política.

Neste contexto, a psicopatologia é caracterizada pelo fracasso do indivíduo na tarefa de exaltação do eu e estetização de sua própria existência. Na realidade o indivíduo não consegue se enquadrar nos moldes de exteriorização do eu exigidos pela sociedade contemporânea.

Birman (2000) afirma que a falha está em naturalizar algo que foi construído através da interpretação. Para que se tenha uma postura crítica diante da questão do sujeito dentro-de-si como representação de sanidade mental, faz-se necessário um estranhamento da relação que foi construída.

Tanto a concepção de sujeito dentro-de-si como saudável, como a concepção de sujeito fora-de-si, agora, como saudável e desejável são formas de pensar construídas em determinados contextos históricos, sociais e culturais. A falta de atenção a esses fatores resulta na promoção de tratamentos que acabam tornando-se sem sentido com o tempo, justamente por não incluírem em suas teorias as dimensões históricas e sociais.

Considerar, portanto, os modos de subjetivação predominantes em determinadas classes sociais na ideologia individualista como naturais e intrínsecos ao inconsciente de qualquer ser humano, acarreta em déficits para a eficácia da clínica e impede a ampliação da aplicação analítica como uma técnica complexa. Fechar os olhos para essa construção acaba por definir o sujeito da clínica psicológica a partir de padrões elitizados.

Como já foi dito anteriormente, as conseqüências para a clínica são ou a não implicação e identificação do sujeito com o modelo analítico, ou a patologização do que tem fundamentos sociais e culturais.

Birman (2005) revela que a prática psicanalítica depois de Freud apresentou um conformismo crítico, restringindo-se a uma mera proposta de harmonia entre o sujeito e o social. Nesse sentido, González Rey (2005) demonstra como a prática psicanalítica atual

tornou-se inoperante e incapaz de registrar novos modos de subjetivação. O autor relata que Freud propunha uma psicanálise de caráter construtivo-interpretativa, apresentando constantes modificações na sua teoria ao longo dos anos em função de sua experiência e idéias. No entanto, os seguidores ortodoxos da psicanálise não levaram como legado esse caráter proposto por Freud, reprimindo o potencial transformador inicial, “restringindo a produção psicanalítica a um modelo geral, que deve atuar como ponto inicial e final de suas práticas” (p. 22). Dessa forma, categorias estáticas são definidas a priori e a dimensão processual e transformadora da psicanálise foi silenciada.

O autor acredita que isso se dá pela tendência de sacralizar os fundamentos da teoria, produzindo uma prática dogmática, homogênea e desprovida de auto-crítica. Essa prática visa manter os princípios fundadores da teoria intocáveis, convertendo-os em dogmas, não os permitindo passar por investigações posteriores. Essa concepção doutrinária da psicanálise impossibilitou a escuta de novas e diferentes formas de subjetividade apresentadas no cenário contemporâneo.

Temos, portanto, que a cristalização do discurso Freudiano por seus seguidores é uma das responsáveis pelos obstáculos que a psicanálise enfrenta atualmente no que diz respeito a pensar e atuar frente às novas formas de subjetivação. Essa tendência vai, ainda, de encontro a própria proposta de Freud de uma psicanálise de caráter construtivo-interpretativo.

## **2.3 Clínica psicológica: a clínica da elite**

### *2.3.1 Importando teorias para outras realidades*

No Brasil, o cenário não é de uma ideologia individualista bem consolidada. Ou, pelo menos, a ideologia individualista foi importada sem se levar em consideração os aspectos diferenciados da cultura brasileira (FIGUEIREDO, 1995a).

Assim como a especificidade brasileira em relação ao ideário individualista, tem-se a especificidade brasileira no que diz respeito às teorias psicológicas. Rosa (2002) defende que essas especificidades devem ser consideradas para a prática e escuta clínica do psicólogo, em decorrência da situação de pobreza e exclusão que se encontram parcelas expressivas dos brasileiros.

O fator específico da forma como o individualismo se dá em nosso país deve ser levado em consideração quando pretendemos importar teorias que se baseiem nesse individualismo como pressuposto natural.

Francisco (2003) afirma que no Brasil temos uma tendência na psicologia de importar modelos teóricos e técnicos sem atentar para a contextualização histórica e espacial na aplicação destes. Esta prática tem como consequência uma desarticulação entre teoria e prática.

Figueiredo (1995a) questiona como pode-se importar na íntegra conceitos como o da transferência na psicanálise para uma sociedade na qual estabelecer vínculos de ajuda e apresentar diante deles padrões infantilizados e íntimos é um processo comum e um recurso necessário para boa parte dos adultos. O fenômeno da transferência, neste contexto, não parece mais uma experiência diferenciada como poderia ser numa sociedade em que o individualismo encontra-se melhor consolidado.

O autor ainda sugere que: “Talvez em decorrência disso, a psicanálise no Brasil ainda dependa tanto de imigrantes ou filhos de imigrantes oriundos de contextos mais modernos e individualistas, seja para o exercício da profissão, seja para ocupar o lugar de pacientes” (FIGUEIREDO, 1995a, p.90).

Nesta mesma linha de raciocínio, Martín-Baró (2006), critica trabalhos de psicólogos latino-americanos que se baseiam nos estudos norte-americanos como algo universal e acabam por abdicar e desconsiderar origens ou identidades próprias e de suas comunidades.

Ao utilizar uma abordagem teórica na clínica psicológica, não se pode esquecer que, na maioria das vezes, esta abordagem foi formulada em um determinado contexto, pensando em determinados padrões, na maioria das teorias psicológicas acadêmicas, contextos e padrões da Europa ocidental ou dos Estados Unidos. Sendo assim, é imprescindível que, no mínimo, se reformule uma posição teórica antes de importá-la a outro contexto, adaptando-a às realidades locais e também históricas.

O que fazia sentido no século XIX na Europa, talvez não faça o mesmo sentido no século XXI no Brasil. Acreditar que os modos de subjetivação não estão sujeitos às mudanças históricas e contextuais é o mesmo que negar a constituição social da subjetividade do indivíduo e naturalizar um modo de funcionamento como se fosse o único possível. Essa

forma de pensar acaba por patologizar qualquer outra forma de funcionamento que difira do que foi escolhido para ser o padrão ideal de normalidade, padrão este baseado em uma determinada classe social elitista.

Bock (2002) afirma ainda que a importação de teorias psicológicas da Europa e dos Estados Unidos serviu para que a psicologia no Brasil correspondesse aos interesses das classes dominantes, classificando os indivíduos como aptos ou não aptos, doentes ou saudáveis, construindo, assim estigmatizações e discriminações. A autora afirma ainda que no Brasil a psicologia seguiu o caminho de naturalizar o que era social, considerando as diferenças entre os indivíduos como naturais, o que também foi utilizado como justificativa para as desigualdade sociais.

### *2.3.2 Clientela privilegiada: quem é o indivíduo da clínica psicológica?*

Outra crítica feita à psicologia clínica encontra-se atrelada e conseqüente à tendência a supervalorizar as raízes pessoais dos problemas e desvalorizar fatores sociais. Trata-se da dedicação privilegiada e predominante do trabalho do psicólogo aos segmentos sociais mais ricos e individualizados da população (MARTIN-BARÓ, 1996).

É claro que o fator econômico é um importante aspecto que leva as clientelas das classes mais altas da população a predominarem no cenário de atendimentos clínicos dos consultórios de psicologia. O custo relativamente alto dos atendimentos unido às desigualdades sociais, que, no Brasil, levam os sujeitos das classes populares a terem que escolher entre a saciação de suas necessidades básicas ou a busca por um serviço de atenção psicológica, são fatores essenciais para se pensar a razão pela qual predominam membros das elites econômicas nos atendimentos clínicos psicológicos. Um outro fator é que os discursos religiosos tendem a fazer mais sentido para as camadas populares do que os discursos científicos (BIZERRIL, 2007).

No entanto, pode-se observar a partir do pensamento de Martín-Baró (1996) que este domínio de uma clientela privilegiada está relacionado também à natureza das teorias psicológicas. Ao desvalorizar os fatores sociais e históricos que permeiam a vida dos sujeitos, naturalizando razões pessoais para os problemas, a psicologia acaba por atingir apenas a elite da população, tendo em vista que o padrão das teorias refere-se a modelos burgueses de sujeito, família e modo de vida. Nesse sentido, a psicologia, ao menos em seu modo

dominante, de matiz individualista, parece não fazer sentido em um contexto diferenciado deste padrão estabelecido.

Um exemplo disso é a experiência da Clínica Social contada por Romagnoli (2006). Uma proposta da Clínica Social começa a aparecer no Brasil em meados dos anos 80. A Clínica Social pretendia atender camadas populares e apresentar um olhar crítico ao pressuposto de neutralidade na clínica. A dimensão social estava constantemente presente nesse cenário e havia muita disposição para suprir as necessidades das classes atendidas. No entanto, Romagnoli (2006) revela que a Clínica Social em sua prática acabou por apresentar-se despolitizada e universalizante, com uma concepção generalista e a-histórica de indivíduo. A autora afirma que os profissionais acabavam usando os mesmos modelos do consultório privado. Ocorre que se não buscarmos uma releitura destes modelos, a prática continuará não fazendo sentido para a população. A ação caridosa de suprir as necessidades dos sujeitos pode ajudar, mas não parece ser o real objetivo da clínica psicológica. Para que esta cumpra sua função fazendo sentido nestes contextos, é necessário haver uma observação dos aspectos sócio-políticos envolvidos nas comunidades. A clínica continuará sendo universalizante se não adaptar seus modelos teóricos e práticos para a realidade diversificada das classes populares, bem como para a história de vida atípica (para os modelos psi tradicionais) destes indivíduos.

Percebemos que não basta ampliar a clientela da clínica psicológica, se mantivermos os mesmos modelos e concepções universalizantes e individualistas. Deve-se perceber que nem todas as classes sociais se organizam subjetivamente de acordo com os moldes do individualismo. Neubern (2005), a partir de estudos de Gersen e Kaye (1998, apud NEUBERN, 2005), justifica a dificuldade ainda encontrada na psicologia em dialogar com as classes menos favorecidas devido à distância entre esses sujeitos e as propostas terapêuticas, que impossibilitam a compreensão dos cenários sociais.

Nesse sentido, Bezerra (1999, apud ROSA, 2002) afirma que as tentativas de inovações acabam esbarrando em práticas burocratizadas, técnicas padronizadas, papéis cristalizados e teorias fetichizadas. Dessa forma, percebe-se que não basta tentar estender a clínica para as diferentes classes sociais, se as práticas não se tornarem menos sacralizadas e universalizadas.

Mudar essa perspectiva dentro da psicologia é muito mais do que uma necessidade de ampliação de clientela, mas um compromisso social do psicólogo.

### *2.3.3 Psicologizando questões sociais e realidades diversas*

Tendo em vista a clientela privilegiada, a naturalização do individualismo e a individualização dos problemas sociais na clínica psicológica, percebe-se claramente como esta tornou-se uma ferramenta para a reprodução da ordem social estabelecida e para a manutenção de um sistema desigual.

As abordagens clínicas psicológicas tradicionais estão baseadas nas representações sociais típicas de uma determinada classe social, dominante. Tendo esta base, a clínica psicológica, quando encontra uma realidade diferente da realidade das classes média e alta, tende a “patologizar” comportamentos, características, modos de subjetivação e formas de pensar que diferem do padrão burguês. A falha na escuta clínica do psicólogo, caracterizada pela desatenção às especificidades de contexto da clientela de classes populares, conduz, segundo Rosa (2002) à reprodução de estereótipos, preconceitos e relações de poder. A autora explica que o psicólogo acaba não levando em consideração a capacidade do sujeito de construção do próprio conhecimento sobre si mesmo.

Podemos tomar como exemplo ao longo de nossa discussão o caso da adolescente de 14 anos que identificaremos pela letra M. A adolescente foi atendida em um processo de avaliação psicológica por dois meses no Centro de Formação de Psicólogos (Cenfor) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), por uma estagiária do 8º semestre de Psicologia, no ano de 2010. A paciente pertencia a uma classe social desfavorecida economicamente, vivenciando um contexto de vulnerabilidade social e residindo em uma região da periferia do Distrito Federal marcada pela violência. Utilizaremos apenas informações de seu processo de avaliação psicológica, pois naquele momento não estava sendo realizado um processo psicoterápico, no entanto, podemos atentar para fenômenos trazidos às sessões de avaliação que poderiam gerar uma atuação psicológica descontextualizada se não fossem analisados com a devida preocupação com os fatores sociais e culturais implicados no discurso da paciente.

É preciso que o psicólogo se adéqüe aos recursos que o sujeito apresenta para construir conhecimento sobre si mesmo, e não que o sujeito precise construir conhecimento a partir dos recursos pré-estabelecidos pela psicologia. M. não parecia adequar-se aos instrumentos propostos pela clínica, como entrevistas e questionários, podendo, nos moldes tradicionais,

ser classificada como desviante em relação a atitudes, pensamento, inteligência e atenção/concentração. No entanto, parece mais eficiente adequar as técnicas, aproximando-as da realidade da paciente e não esperar que ela respondesse às técnicas tradicionais, categorizando-a em desvios se não conseguisse se encaixar. M. não se adaptou ao modelo de questionário proposto para que respondesse escrito em casa. Houve dificuldade na compreensão de algumas perguntas e dificuldade de expressar de forma escrita e tradicional a sua realidade a partir do modelo proposto.

Mais adiante utilizaremos o caso de M. para exemplificar outros aspectos abordados neste trabalho.

A psicologia se inseriu e cresceu no mercado de trabalho como instrumento da elite. Segundo Dimenstein (2001), a psicologia teve um compromisso com o capital e com o consumo e foi utilizada pelas classes dominantes para dar legitimidade científica as suas ideologias e manter as relações de poder. Nesse contexto, a psicologia contribuiu muito mais para a reprodução de estruturas sociais marcadas pela dominação do que para a transformação das relações sociais.

Martín-Baró (2006) afirma que a psicologia latino-americana tem se mostrado ineficaz para solucionar problemas e atender às necessidades populares, localizando-se à margem dos grandes movimentos sociais dos povos latino-americanos.

O ideário individualista, como já foi dito, foi o fundamento não questionado da construção de um conhecimento a respeito da questão da subjetividade na sociedade moderna. Porém, deve-se lembrar que a ideologia individualista foi construída a partir dos valores de um determinado segmento social, a burguesia (DUMONT, 1985). Dessa forma, as classes mais baixas da população podem não se identificar com essa concepção de sujeito individualizado que informa boa parte das teorias e das práticas da clínica psicológica.

Conseqüentemente, os modelos de subjetividade impostos pela psicologia, muito provavelmente, não fazem sentido para sujeitos que estão inseridos em um contexto diferente daquele que a psicologia tem como modelo.

Todo modo de subjetivação ou comportamento que foge ao padrão ditado pelo ideário individualista já discutido é tido como anormal, como patológico. Isso é o que acontece, por vezes, com o olhar da psicologia para as classes populares. Esses sujeitos acabam sendo

definidos como doentes ou seus atos e costumes acabam sendo diagnosticados como patológicos, tendo em vista que o padrão adotado é um padrão que corresponde à realidade da elite da sociedade.

Birman (2000), ao fazer uma análise psicanalítica sobre a violência, que já foi mencionada no primeiro capítulo, critica a psicologização da violência nas classes populares. Para o autor, não faz sentido considerar essa violência como uma característica destrutiva intrínseca ao indivíduo que a pratica. “Psicologismo tem hora! Psicanalismo também, aliás” (p. 286), afirma enfaticamente o autor, relatando que a psicologia no Brasil funcionava como forma de responsabilizar individualmente os sujeitos pela violência, caracterizando-os como loucos e anormais.

Percebe-se que sem atentar para um contexto histórico e social mais amplo acaba-se por individualizar problemas que são sociais e não decorrentes de psiques doentes ou sujeitos desviados.

Birman (2000) relata, ainda, que a psicanálise durante muito tempo tratou dos problemas sociais e políticos de maneira naturalista, colocando características e traços do psiquismo humano como responsáveis por determinadas práticas sociais. O autor afirma que com o passar do tempo transformaram-se as categorias colocadas pelos analistas e algumas reflexões teóricas, no entanto, a utilização prática do modelo naturalista continuou ocorrendo de forma clara.

Essa forma de pensar e de praticar psicologia sugere que as práticas e a própria ordem social são conseqüência de padrões de estruturas psíquicas. Nesse tipo de prática acaba-se por patologizar práticas consideradas negativas a partir do referencial burguês, no qual a psicologia foi inserida e, em certa medida, baseada, como já foi discutido no segundo tópico deste capítulo.

Um exemplo desta tendência seria a percepção da psicologia quanto à questão da sexualidade nas classes populares. Podemos, nesse sentido, retomar a análise discutida anteriormente de Scheneider (1977) a respeito da sexualidade na teoria Freudiana. Foi visto que o capitalismo trouxe mudanças significativas para a forma de se vivenciar e de se perceber a sexualidade na sociedade moderna, isso, segundo o autor, deve ser levado em consideração ao se pensar a abordagem psicanalítica na atualidade. Ocorre que, além das

transformações históricas abordadas do Schneider (1977) na forma de vivenciar a sexualidade, tem-se ainda diferenciais de classes sociais.

Classes populares vivenciam a sexualidade de forma diferente das classes burguesas, e isso não pode ser deixado de lado quando decide-se expandir uma teoria baseada em um modo de subjetivação burguês. Não que não seja possível expandir uma teoria, mas deve-se estar atento para as especificidades de contexto. Tendo em vista que a sexualidade é um elemento central para a psicanálise, as formas diferenciadas pelas quais as diferentes classes sociais a vivenciam são fatores fundamentais para que se possa compreender as diferenças nos modos de subjetivação de cada uma dessas classes.

Quando pensamos, por exemplo, na casa de uma família da periferia não podemos visualizar um lugar com cômodos bem divididos, quartos separados de filhos e pais, portas com trancas que permitam a privacidade comum nas casas das classes médias e altas. Nos deparamos, pelo contrário, com pais e filhos dividindo um mesmo cômodo, que muitas vezes é o único da casa, ou, ainda, uma mesma cama. As relações sexuais não deixam de acontecer nesse tipo de montagem domiciliar e nós não podemos simplesmente intervir, a partir de nossa concepção elitista, classificando como normal ou anormal, saudável ou patológico essa situação, dentre tantas que se dão de forma diferenciada em classes populares.

Outro exemplo de prática descontextualizada é abordada por Rosa (2002). A autora revela que algumas práticas clínicas em classes sociais desfavorecidas são marcadas por uma resistência do próprio analista de abrir os olhos para uma realidade, muitas vezes, diferente da dele. Assim, o psicólogo tenta a todo custo negar a realidade de desamparo, dor e humilhação desses sujeitos, em decorrência dessa condição ter sido gerada por uma determinada ordem social que o psicanalista, por vezes, usufrui. Tomar consciência dessa realidade seria “levantar o recalque que promove a distância social e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranóicos, com o outro miserável” (p. 7 e 8).

Ainda de acordo com Rosa (2002), as conseqüências disso por parte do psicólogo, como forma de evitar esse enfrentamento, costumam ser: a) o apego à teoria e às estruturas propostas por ela, sem perceber outras possibilidades de expressão de sofrimentos, e b) a interpretação das expressões do sujeito como resistentes ou desprovidas de uma demanda analisável, apontando uma estrutura perversa ou psicótica, pobreza emocional ou intelectual, dentro outros estereótipos, sem de fato escutá-lo. Pode-se perceber essas conseqüências a

partir de atitudes como patologizar atitudes violentas ou reprimidas, classificando-as como um desvio do sujeito.

Temos neste momento, como exemplo, o caso da paciente M. que mostrou-se introvertida e reprimida no processo de avaliação psicológica. As atitudes aparentemente reprimidas e a dificuldade de demonstrar sentimentos de M. não deveriam ser categorizadas como desvios de afetividade e de atitude geral/de palavras, bem como os bloqueios nas falas sobre si não deveriam ser considerados desvios no processo de pensar. Poderia ser feito o caminho inverso: observar quais déficits poderiam existir nas técnicas e instrumentos que estavam sendo utilizados, pensando na possibilidade destes não estarem de acordo com os recursos psíquicos do sujeito, e não que os recursos emocionais do sujeito fossem pobres.

A relação de poder baseada na desigualdade social está presente nas relações entre classes sociais, não era diferente no caso de M. A vivência dessas relações de poder é expressa também no consultório, a partir de uma posição defensiva frente ao psicólogo que representa alguém provido de poder e posicionado em uma classe social diferente. Este fator também deve ser levado em consideração, pois parece natural que um sujeito mostre-se defensivo frente a outro cujo contexto e realidade são tão adversos dele. Além disso, pode não haver nada de distúrbio persecutório no fato da paciente sentir-se vulnerável e em perigo em um consultório psicológico, tendo em vista a real vulnerabilidade que vive fora deste consultório.

Assim devem ser pensados todos os elementos que servem de base para as abordagens clínicas, estes devem ser sempre problematizados para que se reflita criticamente a respeito das diferentes formas sociais e culturais implicadas na prática clínica.

Bock (2002) afirma que a psicologia tem contribuído para responsabilizar os próprios sujeitos por seus fracassos ou por seus sucessos, através de uma concepção na qual as condições de vida são meros canteiros que podem ou não serem apropriados para que os sujeitos desenvolvam potencialidades que são inerentes a eles.

Para a autora, o padrão de conduta e as formas de vida e de desenvolvimento da elite são constantemente reforçados como padrões do que é normal e saudável. Assim, os atendimentos destinados às classes populares são marcados pela tentativa de recuperar e assistir àqueles que não conseguem se encaixar nesse padrão. Quanto a isso, Bolguese (1999,

apud ROSA, 2002) afirma que as práticas atuais são sustentadas em modelos adaptativos e cronificadores, que visam, portanto, adequar os sujeitos aos padrões pré-estabelecidos.

Por fim, Rosa (2002, p. 11-12) afirma que:

A distância dos ideais da cultura podem ser um impeditivo para a escuta, para o reconhecimento do desejo do sujeito na transferência, levando à equivocada interpretação de sua forma de se apresentar ou mesmo da negativa de falar como falta de demanda ou de recursos do sujeito.

A clínica psicológica para sujeitos de classes populares, portanto, precisa superar diversos obstáculos relacionados à compreensão desse sujeito em sua realidade diferente da realidade burguesa, para que seja possível pensar em um atendimento no qual o sujeito esteja se implicando em seu processo e o analista não esteja reforçando estereótipos através de modelos psicoterápicos adaptativos.

## **2.4 Uma proposta de prática clínica contextualizada**

A partir das práticas reprodutoras da ideologia individualista, a psicologia praticada de forma descontextualizada passa a ocultar qualquer origem social e histórica do sofrimento e acaba por camuflar a origem complexa dos fenômenos, prejudicando o próprio autoconhecimento tão desejado na psicoterapia e mantendo a alienação do sujeito sobre si mesmo.

O autoconhecimento sempre foi um elemento desejado na clínica, acredita-se que através dele o sujeito possa alcançar sua independência. Esse autoconhecimento pode ser caracterizado pelo reconhecimento ou tomada de consciência dos mecanismos de funcionamento do sujeito por ele mesmo. Têm-se, porém, que sem levar em consideração os fatores sociais e históricos mais amplos que permeiam a formação subjetiva, o autoconhecimento produzido será descontextualizado e reduzido e comprometerá o objetivo da análise ou da terapia.

Até aqui pode-se concluir que não parece coerente nem eficaz tratar de forma individual problemáticas que têm origens, ou, no mínimo, componentes sociais, históricos e culturais. Sloan (2001, apud MOREIRA; SLOAN, 2002), defende que só é possível que encontremos soluções para os problemas de ordem psicológica se compreendermos que estes são manifestações de processos socioculturais globais.

É preciso perceber que aspectos subjetivos e aspectos sociais amplos estão interligados de forma complexa. Os aspectos sociais, culturais e históricos complexos e, inclusive, anteriores ao nascimento do indivíduo, participam ativamente da formação da subjetividade deste. Não existe uma subjetividade intrínseca, modelos ou estruturas subjetivas naturais e inatas, elas estão em constante relação com o mundo para que se formem. Nesse sentido, determinados tipos de estrutura psíquica dependem das condições sociais e históricas nas quais o indivíduo está inserido. E essas condições diferem em relação ao tempo, aos países, às classes sociais, às culturas, entre outros.

Nesta proposta acredita-se que a psicanálise possa contribuir de forma significativa para uma clínica contextualizada, a partir, é claro, de algumas revisões. Rosa (2002), em sua proposta de clínica para os sujeitos de classes desfavorecidas, afirma que não pretende elaborar novas teorias, mas sim rever outras questões a serem construídas a partir da psicanálise. De forma similar, esta proposta visa rever algumas práticas e pensar em transformações que tornem a psicanálise uma prática mais próxima dos clientes de classes populares, de forma contextual e ampla.

#### *2.4.1 Repensando o indivíduo da clínica: O social além da dinâmica intrafamiliar*

Elias (1987) propõe que haja uma revisão radical da imagem de indivíduo que temos na sociedade. Esta imagem reflete o modo de vida da sociedade capitalista. O autor defende que a idéia de que a forma de pensamento humano é natural, inata e automática é uma exigência social e um ideal desejante mascarado sob forma de realidade.

A psicologia, ao privilegiar uma terapia voltada apenas para dentro do sujeito, provoca uma cisão na compreensão deste indivíduo. Ao deixar de lado os aspectos sociais, ou tomá-los como externos ao indivíduo, a psicologia está formando um indivíduo descontextualizado, que pensa conhecer sobre si mesmo, mas seu conhecimento é limitado.

Esta concepção de indivíduo completamente autônomo, alheio ao mundo e independente do mundo e das outras pessoas está longe de ser uma concepção libertadora do sujeito (BOCK, 2002). Por trás do ideário individualista que promete a liberdade total, está um mundo imaginário que passa longe da realidade e serve apenas para camuflá-la e alienar o sujeito.

Tendo em vista que não existe uma liberdade total, o mais próximo que se pode chegar desta é a tentativa de compreender a complexidade do sujeito, do mundo e das relações aí estabelecidas, refletindo criticamente a respeito da ideologia individualista.

A idéia é que se retire o foco do indivíduo e se atente mais para a subjetividade em sua dimensão complexa, incluindo os aspectos sociais, culturais, históricos e de classe. Deve-se pensar o indivíduo da sociedade atual como um sujeito multideterminado e atentar para o fato de que a concepção geral desse indivíduo atual foi construída historicamente. O indivíduo não é do jeito que é por natureza, existe toda uma dimensão histórica, cultural e social. Antes das estruturas psíquicas temos uma série de fatores históricos que permeiam e possibilitam pensar nessas estruturas como um padrão. Sendo assim, o que é tido como padrão de normalidade universal pode variar segundo a história de vida do sujeito, a cultura na qual ele está inserido, a classe social em que se encontra e os fatores macro-históricos e sociais que vieram antes mesmo do nascimento desse sujeito.

Vaisberg (2001) afirma que não se pode esquecer que na clínica não lidamos nem com a psique, nem com aparelhos psíquicos ou mentes, mas sim com indivíduos cujo funcionamento psicológico não pode ser abstraído da vida humana. Muito antes de qualquer uma destas concepções teóricas de instâncias psíquicas, temos um sujeito complexo e indiscutivelmente social, que se relaciona com o mundo e este o constrói do início ao fim de sua existência humana. Não é possível estudar estruturas e instâncias psíquicas de forma fragmentada do contexto amplo em que o sujeito não apenas está inserido, mas faz parte.

Deve-se tirar o foco, portanto, de estruturas, mentes e padrões de funcionamento. Não que esses não sejam em algum nível importantes, porém, não se pode pensar nesses aspectos sem atentar especialmente e nitidamente para o contexto social e histórico em que este sujeito está inserido. Deve-se perceber que o sujeito que fala dentro do consultório não é uma estrutura psíquica falando, sua fala não revela apenas aspectos internos das profundezas de sua mente ou da sua relação edipiana infantil. O sujeito da clínica sempre fala de algum lugar histórico e social muito mais amplo do que uma estrutura formada na infância a partir da relação intrafamiliar.

A clínica psicológica precisa deixar de basear-se apenas em interpretações psicologizantes das questões colocadas pelo sujeito. É preciso incluir as questões

socioculturais como dimensão constitutiva do sujeito, de forma a produzir uma análise que amplie a compreensão do sujeito inserido em seu contexto.

Figueiredo (1995a) afirma que é preciso existir no contexto específico do Brasil uma revisão de sentidos e funções da psicologia aplicada em nosso país. Deve-se procurar elucidar as condições de nosso país e buscar uma prática eficaz para este contexto.

As especificidades de contexto de um país como o Brasil devem sempre ser levadas em consideração, como foi discutido anteriormente, para que a prática clínica não se torne reprodutora acrítica de abordagens teóricas européias e norte-americanas, tendo em vista que as realidades desses locais são bastante diferentes das realidades encontradas no Brasil, sendo este último marcado pelas desigualdades sociais e por grandes diferenças culturais e de classe. Minha posição está em consonância com o argumento de Martín-Baró (2006), que defende que as práticas da psicologia na América Latina sejam contextualizadas a partir de estudos da realidade desses países e não baseadas em realidades de países desenvolvidos.

Em relação à tendência a naturalizar os fenômenos que são sociais, Costa e Brandão (2005) afirmam que a psicologia deve esforçar-se para denunciar em suas práticas a naturalização no indivíduo de fenômenos sociais, como condições perversas de vida, preconceitos, entre outros. Estes podem estar intimamente ligados a fatores culturais. Deve-se atentar para não reforçar a exclusão e a estigmatização através da naturalização desses fenômenos. Daí a importância de uma reflexão constante do psicólogo sobre suas práticas e visões de mundo. Fechar os olhos para as diferenças nos modos de subjetivação de classes sociais distintas pode levar o psicólogo a incorrer em uma prática também excludente, pois toma como desvio do sujeito, aquilo que, na realidade, é uma diferença cultural. Deve-se, pelo contrário, buscar compreender estas diferenças e olhar de forma crítica, não as diferenças culturais, mas sim os preconceitos e discriminações.

Nesse sentido, Bolguese (1999, apud ROSA, 2002) afirma a importância de não propagar práticas que deixam de atentar para fatos da realidade contextual dos sujeitos e acabam perpetuando a dominação de concepções universalizantes. É preciso desenvolver uma prática clínica contextualizada e que promova a escuta do sujeito sem tentar encaixá-lo em categorias previamente estabelecidas para que esta universalização seja eliminada.

Como fatores importantes para um atendimento clínico em comunidades de baixa renda, Costa e Brandão (2005) acreditam ser importante o enfoque nas relações comunitárias,

familiares, institucionais e redes sociais, além da compreensão da relação dos sujeitos com as instituições com as quais o atendimento psicológico possa estar vinculado (condição comum nos atendimentos em comunidades de baixa renda). A prática deve estar voltada para a realidade econômica e social brasileira na qual os sujeitos estão inseridos. A partir de um enfoque em relações e redes é possível ter uma concepção mais ampla do funcionamento deste sujeito, evitando olhares patologizantes a partir de uma teoria pré-estabelecida e conhecendo a realidade cultural para, então, trabalhar com os indivíduos, nunca descolando-os de seu contexto.

O sujeito deve ser pensado na prática clínica a partir de sua realidade e dos recursos que essa realidade proporciona. Nesse sentido, Nicoletti (2000, apud ROSA, 2002) enfatiza que dois caminhos devem ser evitados na prática clínica: a) responsabilizar o sujeito pela situação desfavorecida, acreditando que essa é uma questão de escolha e b) vitimizar o sujeito, não o reconhecendo como um sujeito desejante, apenas como produto do meio. Esses dois extremos devem ser evitados. É necessário ouvir o sujeito, considerando a sua realidade e o lugar que esse sujeito ocupa dentro dela como um ser desejante.

Pensar em uma prática clínica complexa torna necessária a inserção de diversos fatores de contexto que estão presentes na realidade dos sujeitos e nos seus modos de subjetivação.

#### *2.4.2 Importância da transdisciplinaridade na clínica*

A clínica psicológica tem um amplo aparato teórico em diversas abordagens, no entanto, atrelar à sua prática conhecimentos de outras áreas das ciências sociais e humanas pode significar um grande passo em direção à clínica contextualizada e complexa. A psicologia pode realizar uma prática diferente da proposta do ideário individualista presente na atual sociedade, buscando uma reflexão crítica a respeito do individualismo, sem desconsiderar seu caráter construído e nem colocar-se como uma ferramenta deste. Considero que uma possibilidade para se atingir este objetivo seria a adoção de uma posição transdisciplinar.

Passos e Barros (2000) definem transdisciplinaridade como a busca pela flexibilização das fronteiras que demarcam os olhares sobre um objeto de estudo. Para os autores é essencial que a transdisciplinaridade na psicologia supere o simples diálogo entre profissionais identificados com determinadas disciplinas. Para eles, ainda são mantidas dicotomias, de

fronteiras rígidas, como sujeito-objeto, natureza-cultura, indivíduo-sociedade. A transdisciplinaridade consistiria, portanto, na desestabilização das dicotomias e das unidades das disciplinas e das especialidades. “Problematizar os limites de cada disciplina é argüi-la em seus pontos de congelamento e universalidade” (PASSOS & BARROS, 2000, p. 77), é preciso tornar as fronteiras instáveis entre as disciplinas, interceder entre os campos. A demarcação de áreas de atuação na psicologia, aliada à defesa da exclusividade de certas práticas profissionais, traz limites ao exercício da profissão, este acaba por se tornar fragmentado e descontextualizado, não sendo possível, desta forma, obter um olhar mais amplo sobre o sujeito que é trabalhado.

Crochik (1998) afirma que a psicologia deve ser crítica de si mesma. Sendo assim, deveria atentar para o que a faz reproduzir o padrão individualista em suas práticas mais tradicionais, ao invés de continuar tentando fortalecer aparências teóricas que impedem o desenvolvimento e o entendimento mais abrangente dos fenômenos.

Para que a psicologia consiga compreender as questões relativas à subjetividade de modo não alienado e reprodutor de ideologias individualistas, é preciso, segundo Crochik (1988), que ela busque entrelaçar conhecimentos de outras áreas, como a sociologia e a filosofia. Segundo ele, para que a psicologia compreenda a subjetividade de um sujeito, é preciso que compreenda como e porque uma determinada cultura forma o indivíduo.

É essencial compreender a dimensão social e histórica que está inclusa nos modos de subjetivação. Passos e Barros (2000) afirmam que é importante compreender em que circunstâncias esses modos de subjetivação se compuseram, que fatores estão ligados a eles e quais são os seus efeitos. É preciso, na análise, pensar nos funcionamentos a partir da possibilidade de diferentes modelos de existência e da constante criação e produção de novos modelos.

Uma contribuição importante destes autores é a proposta de que na análise, além de conectar as histórias trazidas pelo paciente umas com as outras, se conecte também essas histórias com outros sistemas mais amplos, não apenas inter-relacionais diretos. Além disso, os autores propõem que em uma clínica transdisciplinar o analista aja criando intercessores que possibilitem a passagem de um território a outro e, principalmente, que seja ele próprio também um intercessor, misturando vozes e produzindo agenciamentos através da fala do paciente e também das sensações vivenciadas que não ganham palavras. Estes intercessores

seriam ligações entre as diversas dimensões da vida do sujeito, tanto psíquicas como sociais e culturais. Já o terapeuta como intercessor estaria relacionado a um papel de mediador para o diálogo entre os diferentes territórios da vida do sujeito e do contexto social do qual faz parte. É papel do terapeuta apontar para o sujeito estas ligações, misturando as dimensões, promovendo reflexões e construções do sujeito sobre sua própria realidade, mas de forma mais ampla e crítica, chegando a dimensões sociais e históricas e não apenas internas e do contexto micro do sujeito. O resultado disso seria uma mudança no sentido habitual de uma determinada história, uma espécie de ressignificação.

Nesse sentido podemos, então, pensar na revisão da abordagem psicanalítica como possibilidade de atingir essa proposta, tendo em vista que a abordagem trabalha com a idéia de ressignificação, no entanto, intercedendo de forma complexa, interligando aspectos individuais com aspectos sociais que transcendam as paredes das casas das famílias de classe média para atingir uma perspectiva social mais ampla e que leve em consideração os diversos contextos sociais. Pode-se retomar, assim, a observação de Freud (1921) sobre a necessidade de uma constante interligação entre social e individual, e a partir dessa retomada, desenvolver mais esta técnica, atentando mais na prática para essa necessidade.

Freud (1921), em *Psicologia das massas e a análise do eu*, afirma que a psicologia individual e a psicologia coletiva não podem estar separadas<sup>5</sup>. Nesta obra, o autor discute uma possibilidade de psicologia de grupos, usando como exemplos a Igreja e o Exército, instituições de caráter total. Freud (1921) analisa como se dá a inserção nesses grupos, como eles estão relacionados à formação subjetiva dos sujeitos, a relação libidinal dos sujeitos com o grupo, a possibilidade de pânico a partir da possibilidade de rompimentos de laços emocionais com o desfazer do grupo, a intolerância com as idéias contrárias, etc. Em seguida, Freud (1921) estende essas possibilidades para outros grupos que possam ser pensados, como, exemplo do autor, as etnias, diferentes nacionalidades, famílias, entre outros, havendo processos similares e diferentes de acordo com o grupo.

Podemos pensar nas classes sociais de forma parecida. Assim como Freud (1921) analisa psicologicamente estes grupos e a formação subjetiva dos sujeitos inseridos neles, pode-se pensar nos sujeitos de diferentes classes sociais constituídos subjetivamente a partir de seu lugar no mundo, seu contexto social e cultural.

---

<sup>5</sup> Outro texto de Freud que traz a questão cultural é *Mal-Estar na Civilização*, Freud (1930).

De acordo com Freud (1921, p. 81):

cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais — as de sua raça, classe, credo, nacionalidade etc..

Assim seria possível sair do contexto micro para o macro, pensando na análise de sistemas complexos que estariam inseridos nas histórias trazidas pelos pacientes. Na prática analítica poderíamos trabalhar não apenas estruturas psíquicas e formas de subjetivação do indivíduo, como também do meio em que ele está inserido, a partir de uma análise psicanalítica, por exemplo, de um contexto mais amplo, do coletivo, relacionando dialogicamente todas as dimensões.

### *2.4.3 Transformando a atuação do terapeuta: por uma noção mais ampla de transferência e escuta clínica*

Deve-se perceber que reflexões teóricas críticas a respeito de práticas e abordagens descontextualizadas da psicologia são importantes, mas não são suficientes. A mais importante mudança está na transformação de práticas e de reflexões a partir das práticas. O psicólogo deve ter uma reflexão crítica a respeito da sua prática no consultório, por exemplo, e buscar a contextualização desta. É preciso que o psicólogo lute por uma prática reflexiva e contextualizada desde o seu próprio trabalho.

A psicanálise representa, ainda, um campo de atuação clínica bastante relevante e dotada de potencial para cumprir importantes funções sociais e transformadoras. Para tanto, é preciso que algumas considerações sejam feitas no que se refere à prática clínica, que parece limitada e ultrapassada em alguns momentos.

Ocariz (2003) defende que a teoria de Freud requer tanto sustentação, como renovação em relação aos novos tempos. Para tanto, a autora considera importante que se pense não só nas mudanças na subjetividade dos pacientes que atualmente procuram a análise, como também nas formas de intervenção e na busca por uma ampliação do campo que pretende-se atingir. Se quisermos estender a psicanálise aos contextos e classes sociais diferentes da elite, é preciso que algumas considerações sejam feitas, como, por exemplo, repensar e adaptar conceitos como os de transferência e escuta clínica.

Figueiredo (1995b) afirma que as práticas clínicas atuais não podem ser reduzidas apenas à aplicação de conhecimentos, assim como não o foram em seu princípio. Na realidade, a clínica deve ser geradora de um saber que não pode ser convertido integralmente em teoria, que leve em consideração a experiência pessoal.

A vida na sociedade moderna tem seu sentido esfacelado e desvalorizado, assim, as representações do eu tornam-se confusas e contraditórias. Esse novo cenário exige, segundo Guattari (1992), uma atuação profissional do psicólogo atenta para a modelização psicológica<sup>6</sup> através de uma relação dialética com os indivíduos e grupos, trabalhando com a noção de uma formação subjetiva a partir das relações dialéticas do sujeito. Deve haver uma gestão conjunta da produção de subjetividade, ou seja, preciso construir de forma conjunta entre analista e paciente um conhecimento complexo sobre os modos de subjetivação do sujeito. O autor afirma que atitudes de autoridade e sugestão, comuns a algumas práticas psicanalistas atuais, devem ser renunciadas, bem como as pretensões universalistas de algumas teorias psicológicas. Assim a atuação do psicólogo pode ser mais abrangente, evitando as explicações naturalizadas e considerando o contexto social do sujeito e sua relação com este.

Em relação à postura do analista, Birman (2000) afirma que deve ser investida de movimento libidinal e nunca restringir-se ao trabalho de deciframento, ou seja, não deve resumir-se a encaixar o paciente nas categorias teóricas pré-estabelecidas e decifrar seu discurso o enquadrando, mas sim promover em algum nível uma movimentação de energia a partir da relação transferencial entre analista e paciente. Pode-se observar, portanto, a importância da relação dialética e de evitar uma supervalorização da técnica e do encaixe teórico em detrimento de uma escuta ampliada do sujeito.

De acordo com González Rey (2005), a proposta de Freud era de uma psicanálise de caráter construtivo-interpretativo. É preciso, portanto, lembrar esse caráter e evitar práticas de deciframento a partir de um padrão de estruturas pré-concebidas, promovendo uma prática que permita a construção conjunta dentro do consultório, a partir de análises que façam sentido para o sujeito dentro de sua realidade. A teoria não deve ser algo pronto a partir do que o analista escuta o paciente, mas sim algo que está sempre sendo construído e reconstruído no consultório a partir da história do paciente.

---

<sup>6</sup> No sentido de formação subjetiva.

Nesse sentido, a postura do analista torna-se fundamental para a prática de uma clínica contextualizada, principalmente através do mecanismo da transferência. Segundo Jackson e Haley (1980), com um repensar do analista sobre a transferência pode-se ter uma prática que envolva um campo social amplo.

Podemos pensar, portanto, numa possibilidade de relação transferencial ampla, que abranja não apenas as relações intrafamiliares e até mesmo interpessoais diretas do sujeito, mas um contexto social mais amplo, envolvendo questões de sociedade, cultura, história e classe social. Assim será possível perceber a realidade complexa à qual o sujeito pertence e como esta se insere na modalização subjetiva desse sujeito. Os sujeitos de classes populares, a partir da relação transferencial complexa, podem ter suas realidades melhor compreendidas e as interpretações poderão ser feitas com uma maior implicação do sujeito no processo, a análise poderá fazer mais sentido para o sujeito de classes populares. Um receio do paciente de contar seus segredos inicialmente dentro do consultório, por exemplo, pode estar relacionado não a alguma resistência característica de sua estrutura intrapsíquica adquirida a partir da relação com os pais, mas sim relacionado com certa reserva em relação à expressão de sentimentos comum e necessário no meio social em que este paciente possa estar inserido. O que o paciente transfere para a figura do analista pode não ser um trauma ou uma repetição da relação conflituosa com alguma das figuras paternas, mas sim uma questão que vem muito antes do seu próprio nascimento e do nascimento dos seus pais, que está relacionada ao meio no qual ele está inserido.

Em uma noção mais ampla de transferência, o sujeito pode estar transferindo para o analista não apenas os conteúdos adquiridos na relação com a figura paterna, materna ou algum outro sujeito de seu relacionamento. Mas a sociedade como é vista por ele, o que ele acredita que a sociedade pensa sobre ele, o seu próprio contexto social, suas raízes históricas mais antigas, a cultura que vem ainda antes dele, algum outro contexto social que difira do eu, classes sociais diferentes da sua, entre outros. Assim seria possível abarcar uma noção de contexto mais ampla, no qual o sujeito se insere e construir de forma conjunta, como propõe Guattari (1992), um conhecimento a respeito da subjetividade desse sujeito, sem tentar inseri-lo em algum molde pré-definido.

A partir desse trabalho com a transferência seria possível atender às classes populares sem tentar encaixá-las nos moldes individualistas, ou mesmo, sem buscar a compreensão de seus modos de subjetivação a partir de estruturas previamente definidas a partir do padrão

burguês. A idéia é de perceber a transferência a partir das especificidades sociais, de classe a históricas do sujeito em análise.

Outro ponto importante para se pensar uma prática clínica contextualizada e abrangente diz respeito à escuta clínica do analista. Rosa (2002) afirma que, para se ter uma clínica psicanalítica que abranja sujeitos de classes desfavorecidas, deve-se construir uma escuta clínica que considere as especificidades dessas pessoas e das situações em que se encontram, é preciso que o analista esteja apto a perceber detalhes sutis no discurso do sujeito, como relações de poder e dominação, exclusão social, entre outros aspectos dos contextos desses sujeitos. No caso de M., a paciente apresentava agressividade, pesadelos e desconfiança das pessoas. Ao invés de tomarmos essas características como patológicas, poderia ser muito mais produtivo perceber a relação dessas atitudes com a exclusão social e as relações de poder vivenciadas pela adolescente em um contexto de desigualdade social.

A autora reforça ainda que deve-se ter cuidado ao abordar dificuldades, como dificuldades no discurso ou silêncios, como sintomas. É necessário perceber se a carência de recursos biológicos e morais estão impedindo a elaboração simbólica do real ou se a elaboração desse sujeito está funcionando com os reais recursos subjetivos desse sujeito. A autora afirma que o silêncio do sujeito nesse contexto pode estar mais provavelmente significando um modo de resguardo, uma proteção necessária desse sujeito desenvolvida para a sua própria sobrevivência psíquica, e não um medo patológico ou uma resistência.

Nesse sentido, deve-se atentar para não considerar um sintoma ou um déficit na capacidade de elaboração, o que na verdade corresponde, de fato, a realidade do sujeito. Podemos citar novamente o caso da menina M., que relatava nas sessões sonhos rotineiros nos quais a mãe morria baleada em função de um tiroteio. Existe uma grande diferença entre um sonho de morte e tiroteio para uma criança burguesa que não convive com essas situações em sua realidade e um sonho de morte e tiroteio para uma criança da periferia na qual é mortes por tiros são uma realidade comum. Onde M. morava os tiroteios eram bastante comuns na rua, pois havia brigas de gangues e traficantes. Não podemos afirmar que M. estava apresentando algum tipo de característica paranóica ou uma preocupação excessiva com a mãe, o que poderia estar encaixando a paciente em um quadro de desvio do juízo de realidade e atividade delirante. Além disso, percebeu-se durante as sessões muito silêncio, que poderia ser classificado como resistência, e dificuldade de elaboração do discurso e da escrita, o que poderia ser classificado na avaliação como desvio de atenção e concentração caracterizado

por dificuldades de concentrar-se nas respostas orais e escritas propostas nas entrevistas e no questionário. No entanto, ao levarmos em consideração os aspectos socioculturais de classe, reconhecemos que essas classificações inadequadas.

Rosa (2002) define bem a postura que deve-se ter nesse sentido: “antes de pensar em diagnósticos ou estruturas, é preciso escutar o sujeito” (p. 10). A escuta clínica proposta visa atentar para o lugar ocupado pelo sujeito na sociedade de uma forma mais ampla.

Nesse mesmo raciocínio, Bezerra (1999, apud ROSA, 2002) afirma que a clínica deve ser um lugar de constante experimentação e reinvenção, buscando a renovação da escuta e do olhar do psicólogo. Deve-se, portanto, evitar práticas cristalizadas que estejam fixadas em uma teoria pré-estabelecida a partir de moldes e padrões típicos de determinadas classes sociais. A constante reinvenção teórica e prática no consultório permite ampliar o olhar sobre a realidade do paciente, o que contribui para abranger e otimizar a eficácia da clínica em pacientes de classes populares, tendo em vista que a abordagem terá sentido dentro de sua cultura.

#### *2.4.4 A proposta psicanalítica de Birman: por uma psicanálise complexa*

A proposta de psicanálise atual de Birman se diferencia de algumas outras por propor um movimento inverso, enquanto grande parte das propostas para uma revisão da prática psicológica na atualidade sugerem novas formas de pensar e novas teorias, a proposta de Birman (2000) refere-se a um retorno a Freud. Como já foi discutido, o autor acredita que as práticas psicanalíticas pós-freudianas perderam parte do sentido da teoria que Freud apresentou, deixando de lado aspectos do envolvimento social do sujeito. Acredita-se que estas práticas prenderam-se na primeira versão de Freud sobre a psicanálise, não atentando para as mudanças conceituais e técnicas que ocorreram na segunda versão.

Birman (2000) afirma que na segunda versão de Freud a gestão do desamparo do sujeito se dá através da sublimação como um processo de horizontalização dos laços sociais do sujeito, da relação deste com o outro, enquanto na primeira versão a sublimação se dava por um processo de verticalização no sentido de uma espiritualização em que o sujeito se afastaria de sua corporeidade animal. A segunda versão, portanto, propôs uma forma de sublimação relacionada ao contexto social, pois o indivíduo deixa de se centrar em si mesmo

para pensar e horizontalizar as suas relações com o mundo e com os outros sujeitos, propõe-se uma busca pela contextualização.

Na primeira versão o desamparo tem uma possibilidade de cura pela psicanálise, quando este existe, já na segunda, o desamparo é algo sempre presente que deve ser gerido pelo sujeito através da relação social. Ao esquecer-se da segunda versão e prender-se a primeira, a psicanálise pós-freudiana promete realizar a ilusão das individualidades, buscando a cura do desamparo e do mal-estar.

Para Birman (2000), a psicanálise deve reconhecer o desamparo e o mal-estar social da pós-modernidade e resgatar da segunda versão de Freud os aspectos políticos esquecidos nas práticas atuais. O resgate dos aspectos políticos pode promover uma clínica psicanalítica voltada para questões sociais e históricas mais amplas, o que produziria uma análise mais complexa do sujeito. Em classes populares, com a produção de uma análise mais complexa da realidade do sujeito, este poderia se implicar mais na sua história e a análise faria mais sentido em contextos de classes diferentes da burguesa. Tendo em vista que a psicologia clínica de forma geral teve seus conhecimentos e suas teorias embasadas em determinados padrões característicos das elites, uma visão mais complexa, menos universalizante, voltada para a construção conjunta e não fixada a conceitos cristalizados contribuiria para uma melhor adequação da clínica psicológica às realidades de sujeitos de classes populares.

Quanto aos aspectos relacionados a não consideração da dimensão construtiva do conceito de sanidade mental, Birman (2000) afirma que deve-se considerar que o sujeito não é dentro-de-si por natureza. É preciso perceber que tanto a idéia de sujeito dentro-de-si como saudável mentalmente foi uma construção histórica, como a atual valorização do sujeito fora-de-si também foi construída.

“Uma psicanálise que procura pensar a atualidade (...) deve considerar que os sujeitos são agenciados em suas modalidades de satisfação e gozo **a partir daquilo que lhes possibilitam as ordens social e política.**” (BIRMAN, 2000, p. 286, grifo nosso). Nesse trecho o autor apresenta a sua proposta do que deve ser repensado na clínica psicanalítica no que diz respeito às possíveis diferenças nas formas como são agenciadas as questões subjetivas do sujeito. Na visão do autor, os agenciamentos sociais dos desejos dos sujeitos como modos de subjetivação se dão em função das ordens social e política. Estas ordens

influenciam as modalidades de satisfação do sujeito, que vão produzir as formas de subjetivação.

Não se pode pensar as estruturas psíquicas e seus funcionamentos sem considerar a história pessoal do sujeito e, também, uma história mais ampla da sociedade e do contexto social em que este está inserido. E não se trata apenas de considerá-los de forma superficial, considerar apenas as relações intrafamiliares ou ainda a influência do social na infância. É preciso ter sempre em mente na clínica que o sujeito que está sendo atendido é alguém inserido em um contexto amplo e que esse contexto está constantemente interferindo em suas modalidades de satisfação. Essa atenção especial à complexidade do contexto do sujeito contribui, também, para a promoção de uma prática contextualizada e abrangente às diferentes classes sociais, pois passa a compreender os sujeitos em seus contextos e não com base na ideologia individualista que não é tão característica na forma de vida de diversos sujeitos na realidade brasileira.

Birman (2000) afirma ainda que essas ordens social e política transcendem qualquer redução. O autor afirma que deve-se atentar para o fato de que o sujeito e seu psiquismo vão além de uma fundação na ordem simbólica e no registro da linguagem. É preciso perceber que são as ordens simbólicas e políticas do social que constroem as possibilidades de produção de sujeitos que funcionam segundo determinadas regularidades psíquicas, não sendo, portanto, as características psíquicas explicativas das questões sociais.

Por fim, o autor explica que sua proposta é a de um método antinaturalista de psicanálise e de pensar o sujeito. A defesa é de que o próprio Freud afirmava que não existe possibilidade de pensar a psicologia individual separada da psicologia coletiva. Dessa forma, o sujeito deve ser “construído pela articulação entre o dentro e o fora, o interior e o exterior” (BIRMAN, 2000, p. 296). Um método antinaturalista promoveria uma reflexão acerca dos diferentes contextos sociais, pensando que não há um padrão sobre o que é normal ou anormal, mas sim diferentes modos de subjetivação relacionados aos contextos sociohistóricos e culturais. As classes populares poderão, portanto, estar mais implicadas nesse tipo de clínica, pois não terão suas subjetividades patologizadas ou suas atitudes e realidades psicologizadas. Não se deve tentar compreender esses sujeitos a partir dos moldes do padrão burguês individualista, mas sim a partir de suas realidades e das condições sociais e políticas nas quais estão inseridos.

Poderíamos pensar novamente no caso da adolescente M. refletindo, desta vez, sobre seu contexto familiar. M. era criada pela avó materna, tendo sido abandonada pelo pai ainda na infância e a mãe morava em outra cidade, para onde foi a trabalho. Sem fazer a devida análise do contexto sociocultural de M. poderíamos encaixá-la em um quadro de: situação parental atípica (Z 60.1 do DSM), padrão alterado de relações familiares (Z 61.2), supervisão e controle parentais inadequados (Z 62.0) e suporte familiar inadequado (Z 63.2). No entanto, fazendo uma reflexão mais ampla, pensemos de que padrão estamos falando nestes diagnósticos? Quão atípica é a estrutura familiar de M. em sua comunidade? É possível que esta estrutura seja muito mais típica do que a esperada neste “padrão”. Outras classificações que poderiam ser feitas são: alvo de discriminação e perseguição (Z 60.5), reprovações e desistências escolares, dificuldade de progresso (Z 55), transtorno de personalidade paranóide, etc. Não parece adequado e nem suficiente encaixar a paciente nestas categorias como se fossem desvios individuais. Pode ser muito mais produtivo e esclarecedor para o processo terapêutico perceber os fenômenos que ocorrem na vida da paciente a partir da relação destes com o todo complexo que a envolve e, principalmente, com as características culturais próprias de sua classe social.

Só assim é possível pensar em uma psicologia que se estenda às classes populares e compreenda as realidades diferentes do padrão burguês a partir de suas condições históricas e culturais e não a partir de patologizações baseadas em uma naturalização do modelo da elite.

É claro que não se pode deixar de considerar que Freud viveu em um período e um contexto completamente diferente do atual e da realidade brasileira. Sua teoria tem por base casos de pacientes da elite de Viena, posteriormente de Londres, e uma realidade caracterizada pela repressão da sexualidade. Considerar isso torna-se essencial para a compreensão da psicanálise freudiana.

Costa e Moreira (2010) afirmam que Freud atentou para os mecanismos sociais voltados para o refreamento da livre manifestação pulsional dos indivíduos, sendo esses mecanismos responsáveis pelo processo civilizatório, mas também por diversos prejuízos ao psiquismo. No entanto, os autores afirmam que temos hoje uma realidade diferente, na qual a claustrofobia é substituída pela agorafobia, ou seja, enquanto o sujeito do início da modernidade sentia-se aprisionado pela sociedade e pela repressão, o sujeito atual se vê em um vácuo devido ao desaparecimento de referências de autoridade. Nesta mesma linha de raciocínio, Bauman (1998), em sua já clássica análise do mal-estar da pós-modernidade,

contrasta-o com o mal-estar da civilização descrito por Freud. O autor aponta para a passagem de uma sociedade moderna caracterizada pelo excesso de ordem e controle, para outra, caracterizada pela instabilidade, fluxo, velocidade e imperativos de gratificação imediata.

Sendo assim, é claro que devemos atentar para as diversidades de contexto das quais falam os autores de abordagens, em particular, nesta monografia, a psicanálise. No entanto, ainda assim, vale a pena resgatar considerações referentes a questões complexas trazidas por Freud, como propõe Birman (2000). Deve-se reconsiderar pontos relacionados a questões sociais que costumam mostrar-se muito silenciados nas práticas psicanalíticas, sem deixar de atentar para diferenças marcantes de contexto e tempo nos quais foram abordadas determinadas questões teóricas.

## CONCLUSÃO

Vivemos períodos de grandes transformações na sociedade e uma dessas transformações diz respeito à proposta trazida pelo ideário individualista para a sociedade contemporânea. O individualismo trouxe mudanças, principalmente, na noção de sujeito, que passa a ser visto como um indivíduo à parte do contexto social, histórico e cultural no qual está inserido.

No entanto, devemos atentar para as especificidades do cenário brasileiro quando pretendemos aplicar a perspectiva individualista a nosso país, pois a realidade contém diferenças significativas dos cenários dos países desenvolvidos e individualizados dos quais pretendemos importar o modelo. As questões de classe não podem ser deixadas de lado quando falamos dessas transformações, pois as formas como as pessoas de diferentes culturas e diferentes classes sociais vivenciam o individualismo da sociedade atual são diferentes. Os sujeitos de classes populares parecem não compartilhar com tanto entusiasmo da fluidez e liquidez dos vínculos e das relações propostas pelo individualismo contemporâneo.

Essas transformações trouxeram modificações para todas as áreas da vida e principalmente para os modos de subjetivação, que estão sempre altamente relacionados com as condições históricas, sociais e culturais amplas. Além das modificações trazidas com o advento do individualismo para os modos de subjetivação, temos também especificidades de formação subjetiva em relação à forma que cada classe social e cultural vivencia essas transformações, tendo em vista que não há uma homogeneidade ou igualdade nessas condições.

A psicologia clínica se insere no mercado exatamente nesse contexto e acaba por refletir o individualismo em suas teorias e práticas, sendo que, em algum nível, podemos pensar até em uma função desempenhada pela psicologia de reforçadora do ideário individualista. Em suas teorias e práticas, a psicologia acabou, por vezes, naturalizando o padrão subjetivo da elite individualizada como sendo o único modelo de normalidade e de funcionamento saudável. A conceituação de estruturas psíquicas decorrente de uma referência individualista acabou sendo sacralizadas e, dessa forma, deixou-se de considerar as diversidades dos modos de subjetivação em função dos contextos sociais e momentos históricos.

As conseqüências disso são práticas descontextualizadas, reprodutoras do individualismo e cuja eficácia se encontra reduzida a um determinado segmento social, segmento este representado pela elite que compõe as características propostas pelo padrão individualista. A psicologia clínica manteve-se ainda distante da clientela de baixa renda, tanto por razões financeiras, como, principalmente, por incompatibilidade de noções de subjetividade. Os sujeitos das classes populares não se sentem implicados nos processos analíticos. Afinal, estes processos partem de uma realidade que não é a deles e através dos mecanismos de naturalização e cristalização das estruturas, não parecem dispostos a perceber modos de subjetivação regidos por padrões diferentes dos burgueses.

É preciso mudar essas práticas para que se tenha uma clínica mais abrangente e contextualizada. Para tanto, conclui-se que se faz essencial uma reflexão acerca da importância: a) da transdisciplinaridade, tendo em vista que em outros campos de conhecimento há debates e questionamentos importantes a serem considerados pela prática psi, que podem, inclusive, possibilitar culturalizar o sujeito, como propõe Segato (2003), a partir da conjugação entre psicanálise e antropologia, por exemplo; b) da revisão das noções de sujeito formuladas pela psicologia, ampliando o foco para realidades diversas e contextos mais amplos que dinâmicas intrafamiliares e relações interpessoais; c) da atenção para as diversidades culturais e de classe que permeiam os modos de subjetivação, buscando não patologizar atitudes que diferem do padrão burguês. Por fim, propõe-se, através de uma psicanálise crítica, uma prática voltada para a abrangência e ampliação da atenção da clínica psicológica, considerando aspectos históricos e de classe.

Nesse sentido, pensar de forma mais ampla e complexa o olhar e ouvir o sujeito na clínica parece ser um bom aliado para a inserção da complexidade contextual do paciente no consultório, sendo possível trabalhar com categorias que vão além dos vínculos familiares e diretos, num sentido micro-social, do paciente. É possível trabalhar questões mais amplas do contexto social e histórico no qual o sujeito está inserido, como especificidades de classe, visões de mundo, família, sexualidade, relacionamentos diferentes dos padrões, etc.

Pensar um retorno à teoria freudiana exige ainda um cuidado. Devemos reconsiderar diversos aspectos apontados por Freud no que se refere aos aspectos sociais da formação do sujeito, no entanto, não podemos esquecer, ao abordar as estruturas psíquicas, que Freud fala de um momento histórico e de uma classe social específicos. É por isso que devemos atentar para o caráter construtivo-interpretativo proposto, pois este permite que diferentes modos de

subjetivação estejam sempre guiando a prática clínica no momento da análise, sem pressupor estruturas cristalizadas que na realidade só têm sentido em contextos específicos. A proposta é de uma construção conjunta no momento da análise de interpretações sobre o modo de subjetivação do sujeito, baseando-se no seu contexto social, político, histórico e cultural.

Conclui-se, portanto, que para atuar na clínica psicológica de forma contextualizada e ampla não há necessidade de abdicar de abordagens ou teorias, mas percebê-las como reflexo de um contexto histórico específico, pensando criticamente a respeito de generalizações e universalizações. As especificidades de classe e de momento histórico não podem ser desconsideradas para que se produza uma clínica contextualizada e abrangente às diversas clientelas.

Se nos restringirmos às transformações do indivíduo da sociedade atual corremos o risco de estar apenas nos tornando adaptados às necessidades do mundo globalizado, sem levar em consideração aspectos teóricos de grande valia que foram deixados de lado ao longo do tempo em prol de uma prática adaptada às necessidades de controle social. Se nos restringimos às questões sociais apontadas há muitos anos atrás, corremos o risco de fechar os olhos para transformações importantes ocorridas na sociedade ao longo do tempo que modificaram os modos de subjetivação.

É por isso que devemos buscar uma prática clínica que una esses dois aspectos, tanto a atenção às transformações na sociedade como às questões de classe.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Vidas Desperdiçadas.** Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vida Líquida.** Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 1998.

BERNSTEIN, Basil. **Classe social, sistemas de fala e psicoterapia.** In: *Psicanálise e Ciências Sociais.* FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (Org.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1980.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: a Psicanálise à Prova do Social.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15 (Suplemento), p. 203-224, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312005000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 20 out. 2010.

BIZERRIL, José. **Dilemas Classificatórios: Fronteiras entre a experiência religiosa e a psicopatologia.** In: *Vozes do Silenciado: Estudos nas fronteiras da filosofia, antropologia e psicologia.* FREITAS, Marta Helena de; PEREIRA, Ondina Pena (Orgs.). Brasília: Universa, 2007, p. 129-152.

\_\_\_\_\_. **Estéticas da Existência em Fluxo: Corporeidade taoista e mundo contemporâneo.** *Ciências Sociales y Religión*, Porto Alegre, ano 12, n. 13, p. 77-101. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/CienciasSociaisReligiao/article/view/13449>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** In: *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.* BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002.

CALLIGARIS, Contardo. **Crônicas do individualismo cotidiano.** São Paulo-SP: Ática, 1996.

COSTA, Liana Fortunato; BRANDÃO, Shyrlene Nunes. **Abordagem clínica no contexto comunitário**: uma perspectiva integradora. *Revista Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, Aug. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2010.

COSTA, Domingos Barroso; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. **Angústia e declínio da representação**: uma leitura psicanalítica do mal-estar na contemporaneidade. *Psicologia & Sociedade*, 22 (2), 2010, p. 225-235. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seerpsicoc/ojs/viewarticle.php?id=812>>. Acesso em: 14 out. 2010.

CROCHÍK, José Leon. **Os Desafios Atuais do Estudo da Subjetividade na Psicologia**. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 2. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65641998000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago 2010.

CUÉLLAR, Karla Covarrubias. **Reseña de “Antropología de la sobremodernidad” de Marc Augé**. *Estudios sobre las Culturas Contemporaneas*, junio, año/v. II, número 003, p. 171-172. Universidad de Colima, Colima, México, 1996. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/316/31600310.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997(1967).

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos. Porque sugem, por onde circulam, como são tratados?** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

DIMENSTEIN, Magda. **A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista**: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 5, n. 1, jun. 2000. p. 95-121. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2000000100006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100006&lang=pt)>. Acesso em: 10 ago. 2010.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1986.

DUMONT, Louis. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro-RJ: Rocco LTDA, 1985.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 1987.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **O Contexto Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1981.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia, uma (nova) introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1997.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos**. São Paulo: Escuta. 1995a.

\_\_\_\_\_. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**. 4. ed. São Paulo: EDUC: Escuta. 1999a.

\_\_\_\_\_. **Um século para a psicanálise**. [s.l.]: Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, n. 132, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Revisitando as Psicologias: Da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos**. São Paulo-Petrópolis: Vozes. 1995b.

FRANCISCO, Ana Lúcia. **A Teoria e a Prática da Clínica**. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.

FREUD, Sigmund. **Psicologia do grupo e a análise do ego**. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1976 (1921).

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: [s.n.], 1992.

JACKSON, Donald e HALEY, Jay. **Transferência Revisitada**. In: Psicanálise e Ciências Sociais. FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. (Org.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1980.

LEITE, Jáder F.; DIMENSTEIN, Magda. **Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade**. Revista Mal-estar e Subjetividade, v. 2, n. 002. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, set. 2002. p. 9-26. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v2n2/02.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Relógio D'Água. [s.l.]: Editores Ltda - Antropos. 1983.

MANCEBO, Deise. **Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico**. Psicologia ciência e profissão. Brasília, v. 22, n. 1, mar. 2002. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932002000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago. 2010.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Hacia una psicología de la liberación**. Psicología sin Fronteras. Revista electrónica de intervención psicosocial y psicología comunitaria. v. 1, n. 2, ago. 2006, p. 7-14. Disponível em: <<http://www.uca.edu.sv/deptos/psicolog/hacia.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **O Papel do Psicólogo**. Estudos de Psicologia, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, jun. 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lang=pt)>. Acesso em: 10 out. 2010.

MOREIRA, Virgínia; SLOAN, Tod. **Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica**. São Paulo: Escuta, 2002

NEUBERN, Maurício da Silva. **A dimensão regulatória da Psicologia clínica**: o impacto da racionalidade dominante nas relações terapêuticas. *Estudos de psicologia (Natal)*, Natal, v. 10, n. 1, Apr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2005000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2010.

OCARIZ, Maria Cristina. **O dispositivo psicanalítico no começo do século XXI**. In: *Desafios para a psicanálise contemporânea*. FUKS, Lucía Barbero; FERRAZ, Flávio Carvalho. (Orgs.). São Paulo: Escuta, 2003.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, Apr. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 out. 2010.

PORTELA, Marco Antônio. **A crise da psicologia clínica no mundo contemporâneo**. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 131-140, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2008000100013&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000100013&lang=pt)>. Acesso em: 10 out. 2010.

ROMAGNOLI, Roberta C. **Algumas reflexões acerca da clínica social**. *Revista do Departamento de Psicologia, UFF, Niterói*, v. 18, n. 2, Dezembro 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232006000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2010.

ROSA, Miriam Debieux. **Uma escuta psicanalítica das vidas secas**. *Revista de Psicanálise: Textura*, n. 2, ano 2002. Disponível em: <<http://www.revistatextura.com/leia/umaescpis.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.

ROSE, Nikolas. **Psicologia como uma ciência social**. *Psicologia & Sociedade*. v. 20, n. 2, Porto Alegre. Agosto 2008. p. 155-164. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000200002&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200002&lang=pt)>. Acesso em: 10 out. 2010.

SEGATO, Rita L. A célula violenta que Lacan não viu: um diálogo (tenso) entre a Antropologia e a Psicanálise. *Clinamen (Florianópolis)*, v. 2, p. 121-151, 2003.

SCHNEIDER, Michael. **Neurose e Classes Sociais**: Uma Síntese Freudiano-Marxista. [s.l.]: Zahar Editores, 1977.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

UGÁ, Vivian Dominguez. **A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial.** Revista Sociologia Política, Curitiba: nov. 2004. p. 55-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2010.

VAISBERG, Tânia Maria José Aiello. **A função social da psicologia clínica na contemporaneidade.** Conferência de Abertura do I Congresso de Psicologia Clínica, realizado entre os dias 14 e 18 de maio de 2001, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP. Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1103/814>>. Acesso em: 10 out. 2010.